



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA AGROALIMENTAR
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS**

VIVIANE ALMEIDA PIRES

PATRIMÔNIO DA FAZENDA ACAUÃ: MEMÓRIAS DO SERTÃO

POMBAL– PB
2019

VIVIANE ALMEIDA PIRES

PATRIMÔNIO DA FAZENDA ACAUÃ: MEMÓRIAS DO SERTÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas Agroindústrias, do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar (CCTA) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em cumprimento às exigências para obtenção do Título de Mestre em Sistemas Agroindústrias.

Orientadora: Prof.^a D. Helmara Gicelli Formiga Wanderley Junqueira

P667p

Pires, Viviane Almeida.

Patrimônio da Fazenda Acauã: memórias do Sertão / Viviane Almeida
Pires. - Pombal, 2021.

53f. : il. Color

Dissertação (Mestrado em Sistemas Agroindustriais) - Universidade
Federal de Campina Grande, Centro de Ciências e Tecnologia
Agroalimentar, 2021.

"Orientação: Profa. Dra. Helmara Giccelli Formiga Wanderley
Junqueira".

Referências.

1. Patrimônio Histórico Cultural. 2. Fazenda Acauã - Memórias. 3.
Aparecida-PB. I. Junqueira, Helmara Giccelli Formiga Wanderley. II.
Título.

CDU 351.711:719(813.3)(043)



Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar



CAMPUS DE POMBAL

“PATRIMÔNIO DA FAZENDA ACAUÃ: MEMÓRIAS DO SERTÃO”

Artigo apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Pombal-PB, em cumprimento às exigências para obtenção do Título de Mestre (M. Sc.) em Sistemas Agroindustriais.

Aprovada em 11/12/2019

COMISSÃO EXAMINADORA

Helmara Gicelli Formiga Wanderley
Orientadora

Patrício Borges Maracajá
Examinador Interno

André Japiassú
Examinador Externo

POMBAL-PB
2019

Dedico este trabalho aos meus pais, Severino Pires de Sousa (*in memoriam*) e a Rita Francisca Pires, pelo amor, exemplo e força a mim dedicados. Aos meus filhos Mateus Henrique e Maria Laura, minha fonte de amor incondicional, e ao meu esposo Leonardo Sousa, por tudo o que és em minha vida!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus, autor da minha vida, que me possibilitou empreender nesse percurso evolutivo, por propiciar tantas oportunidades e por colocar em meu caminho tantas pessoas amigas com valores inestimáveis, por ter me dado força e coragem para superar todas as dificuldades que foram impostas no período de formação, amparando meu corpo e mente cansada, velando minhas noites em claro, alegrando-Se e aplaudindo com cada conquista, renovando a cada dia minha fé e esperança, ajudando-me a vencer as barreiras e, com humildade, chegar até aqui. A Ele toda a minha gratidão, a Ele elevo o meu intenso desejo de ser sempre merecedor de sua graça, fazendo-me instrumento de Seu serviço, na ardente arte de ensinar, e pela solidariedade para com o meu próximo.

Em especial, **aos meus pais**, Rita e Severino (*in memoriam*), que são os principais protagonistas da minha vida, pelo apoio, amor e incentivo. Suas essências permanecem em meu coração. Ao meu esposo, **Leonardo Sousa**, pela compreensão e paciência durante todo esse percurso, por sempre me incentivar e apoiar em tudo. Te amo muito!

Aos meus Filhos, **Mateus Henrique e Maria Laura**, essa conquista é de vocês, foi por vocês. Amo vocês incondicionalmente. Aos meus **irmãos**, pelos momentos de amparo e amor recíproco, nas horas difíceis, de esgotamento e cansaço. Agradeço, carinhosamente, aos amigos que ganhei nesse ciclo, **Hugo Gadelha, Socorro Guedes, Júlia Lourenço e Amanda Bezerra**, que contribuíram ainda mais para a minha formação como ser humano.

A minha orientadora **Prof.^a Dr.^a Helmara Gicelli Formiga Wanderley Junqueira**, por ser a inspiração ímpar. Sou grata por me incentivar a crescer profissionalmente, sendo também um exemplo de ser humano.

A **UFCG**, aos **Mestres**, o meu muito obrigada, por todos os ensinamentos e atenção que vocês me concederam. Em especial, ao **Professor Dr. Patrício Borges Maracajá e Aline Medeiros**, meus melhores exemplos de profissionais que amam a profissão e o próximo.

Ao professor André Japiassú, pela disponibilidade em participar da banca, pela contribuição valiosa na conclusão desse trabalho.

Os meus sinceros agradecimentos a todos que, de forma direta ou indireta, fizeram parte dessa árdua jornada e que vibraram junto comigo a cada vitória alcançada. Que Jesus Cristo e o Espírito Santo abençoem grandiosamente a vida de cada um.

“Não precisamos apagar a luz do próximo para que a nossa brilhe”.

Mahatma Gandhi

RESUMO

O presente estudo foi desenvolvido com a finalidade de analisar os elementos que contribuem para preservação da memória do Patrimônio da Fazenda de Acauã. O objetivo consiste em analisar a importância das representações das memórias de uma antiga moradora da fazenda, como “guardiã” de uma memória histórica fundamental para a sociedade aparecidense. Acerca desse contexto, a seguinte indagação moveu essa pesquisa: Como a história e a memória do monumento possibilitaram a construção da cultura da sociedade aparecidense e de sua identidade? Como referencial teórico nos basearemos nas discussões de Choay (2006) para abordarmos a ideia de patrimônio; Gomes (190) para pensarmos o uso do termo “guardiã da memória”; Diehl (2002), a fim de tratarmos do processo de desgaste da memória; Le Goff (1990) no que se refere as discussões acerca de memória e monumento. Trabalhamos com a História Oral, a partir da realização de entrevistas, fundamentando-nos em Delgado (2003). Utilizando-se do método estudo de caso, esta pesquisa enquadra-se como bibliográfica, documental e qualitativa, por demonstrar melhor os elementos da proposta do trabalho realizado. O trabalho foi executado mediante o aporte de documentos, bem como da oralidade, particularmente, com entrevista realizada com os agentes que buscam evidenciar a memória da fazenda Acauã. Conclui-se que, as ações desenvolvidas pelos grupos Pontos de Cultura Caminhos de Acauhan e Acauã Produção Cultural são importantes para manter viva a construção da memória do Patrimônio Fazenda Acauã.

Palavras-chave: Aparecida-PB. Fazenda Acauã. Memória. Patrimônio Histórico Cultural.

ABSTRACT

The present study was developed with the purpose of analyzing the elements that contribute to the preservation of the memory of the Acauã Farm Heritage. The aim is to analyze the importance of memory representations of an old farm dweller as the “guardian” of a fundamental historical memory for aparecidense society. Regarding this context, the following question moved this research: How did the history and memory of the monument make it possible to construct the culture of Aparecidense society and its identity? As a theoretical framework we will base our discussions on Choay (2006) to approach the idea of heritage; Gomes (190) to think of the use of the term “guardian of memory”; Diehl (2002), in order to deal with the process of memory erosion; Le Goff (1990) regarding discussions about memory and monument. We work with Oral History, based on interviews, based on Delgado (2003). Using the case study method, this research fits as bibliographic, documentary and qualitative, because it better demonstrates the elements of the proposed work. The work was performed through the input of documents, as well as orality, particularly, with an interview with the agents that seek to highlight the memory of the Acauã farm. In conclusion, the actions developed by the Points of Culture groups Paths of Acauhan and Acauã Cultural Production are important to keep alive the construction of the memory of the Acauã Farm Heritage.

Keywords: Aparecida-PB. Acauã Farm. Memory. Cultural Historical Heritage.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 A FAZENDA ACAUÃ: MARCO DA CONQUISTA DO SERTÃO PARAIBANO.....	11
2.1 Marco histórico da ocupação do Sertão Paraibano.....	11
2.2 A construção da Fazenda Acauã e da Capela Nossa Senhora Imaculada.....	16
2.3 A Acauã: propriedade do Padre Luiz José Correia de Sá.....	19
3 O TOMBAMENTO E PATRIMONIALIZAÇÃO DO CONJUNTO HISTÓRICO FAZENDA ACAUÃ.....	24
3.1 Processo de Tombamento da Fazenda Acauã.....	24
3.2 IPHAN: órgão de preservação cultural.....	29
4 METODOLOGIA.....	33
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	35
5.1 A “Restauração” do Patrimônio e a Formação Identitária.....	35
5.2 A “Guardiã” da Memória da Fazenda Acauã.....	35
5.3 A memória viva do Patrimônio Fazenda Acauã a partir das ações dos grupos pontos de cultura caminhos de Acauhan e Acauã Produção Cultural.....	40
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	48
APÊNDICES.....	51

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de pesquisa a Fazenda Acauã, monumento situado no sertão paraibano e que, em sua origem, pertencia ao município de Sousa, com o nome Vila do Rio Peixe. Na configuração contemporânea territorial dos municípios paraibanos, o monumento se encontra localizado no município de Aparecida, sendo tombado como patrimônio histórico e artístico nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP).

Data-se que no ano de 1995, parte das terras em que fica a fazenda foi desapropriada pelo governo da Paraíba para a restauração monumento da Fazenda Acauã e, conseqüentemente, foram implantados espaços destinados a atividades artísticas e culturas. Desde esse marco, a fazenda tem servido de cenário para filmes, séries e documentários e, atualmente, vai se tornar um museu. A partir de 1998, iniciaram-se as obras de sua recuperação e, em 2002, a restauração do monumento estava praticamente “concluída”, ocorrendo um evento para inaugurar sua reforma.

O presente estudo busca analisar como os grupos culturais Ponto de Cultura Caminhos de Acauhan e Acauã Produções Culturais, em parceria com o governo Federal, Estadual e Municipal e antigos moradores da Fazenda e outras entidades, pretendem manter viva a memória do Patrimônio da Fazenda Acauã, designando o esforço consciente de grupos humanos a fim de se localizar com seu passado, valorizando e tratando-o com substancial respeito. Segundo as representações dos grupos culturais, eles estão desenvolvendo um projeto que tem como finalidade a preservação do patrimônio para, deste modo, transmitir às novas gerações sua memória, além de promoverem capacitação para jovens através de cursos, oficinas e peças teatrais com o intuito de ampliar as possibilidades de atuação dos artistas populares da localidade.

Face a esse importante contexto, a seguinte indagação foi suscitada: Como a história e a memória do monumento possibilitaram a construção da cultura da sociedade aparecidense e de sua identidade? Procuramos conhecer a forma de como ocorreu o processo de tombamento do Patrimônio da Fazenda Acauã, além dos impactos e desdobramentos dessa ação governamental.

A pesquisa sobre o Patrimônio da Fazenda de Acauã se deu pelo fato de que, desde criança, ouvia histórias sobre a Fazenda; e, como cidadã aparecidense, a percepção acerca da memória desse local está sendo apagada das lembranças das pessoas, em face da relativa perda dos referenciais identitários pela população. Cabe elucidar também que, na historiografia, não

há trabalhos que tratem do Patrimônio Histórico da Fazenda Acauã, enfatizando a questão da memória, o que me levou a pesquisar sobre o assunto. Nesse sentido, recorreu-se com frequência ao trabalho “A lendária fazenda Acauã”, de José Almeida Pereira (2014), que aborda o processo de ocupação do sertão e dos principais nomes que passaram pela Fazenda; e nos apoiaremos em sites e blogs virtuais para apresentarmos a história do patrimônio.

O referencial teórico foi embasado nas discussões de Choay (2006), para abordagem da ideia de patrimônio; Gomes (1960), para o uso do termo “guardiã da memória”; Diehl (2002), a fim de reportar o processo de desgaste da memória; e Le Goff (1990), no que tange às discussões acerca da relação entre memória e monumento. A metodologia adotada para essa construção ocorreu com base nas histórias orais, obtidas por meio da entrevista em campo.

Com base na perpetuação dessa abordagem que pode ser voluntária ou involuntária, de modo que os monumentos servem como suportes de uma memória coletiva. Seria uma forma de reforçar essa memória. Preservar os monumentos é garantir uma dada memória e história do passado. Os monumentos não servem para trazer o passado como ele realmente foi, mas são através dos monumentos, documentos e lembranças diversas que podemos realizar um estudo do passado, fazendo com que ele seja recordado e (re)construído no presente.

Nesse sentido, o objetivo é analisar a importância das representações das memórias de uma antiga moradora da fazenda, como “guardiã” de uma memória histórica fundamental para a sociedade aparecidense.

2 A FAZENDA ACAUÃ: MARCO DA CONQUISTA DO SERTÃO PARAIBANO

2.1 Marco histórico da ocupação do Sertão Paraibano

A proposta deste capítulo é conceber ao leitor informações acerca da versão da história que se tem conhecimento sobre o patrimônio da Fazenda Acauã. Apresentar-se-á alguns aspectos históricos que marcaram o processo de conquista e ocupação do sertão paraibano, os seus sujeitos e as suas ações. Buscaremos compreender os elementos que possibilitaram o surgimento da Fazenda Acauã e da Capela de Nossa Senhora Imaculada, bem como seus proprietários.

Ao refletir acerca dos processos de colonização do interior do Brasil, podemos perceber que ainda existem poucas pesquisas e estudos escritos que abarquem uma análise mais detalhada sobre as expedições organizadas e os povos que ocuparam e colonizaram o interior do Brasil, mais precisamente o sertão da Paraíba. Para Ceballos (2011, p. 6): “A história da conquista do Sertão paraibano está, atualmente, limitada a sínteses, resumos com grande carência analítica sobre a dinâmica social e administrativa na região durante o setecentos”.

A luta pela conquista do interior do Brasil, pelos portugueses, teve início em meados do século XVII, na medida em que, até essa época, a maioria dos povos residia de maneira mais concentrada nas regiões litorâneas da América Portuguesa, principalmente no que competem as áreas das atuais regiões Nordeste e Sudeste. Tratando-se mais especificamente do sertão paraibano, este teve seu território inicialmente ocupado em meados do referido século, posteriormente ao processo de expulsão dos holandeses da então capitania pernambucana.

Para a compreensão de como ocorreu o processo de ocupação e povoamento dos sertões, é necessário acompanharmos as discussões de um estudioso do período colonial, Capistrano de Abreu (1982) quando aponta as clássicas correntes de vias de penetração responsáveis pela expansão das fronteiras coloniais, que seriam elas: os sertões de dentro, que eram aqueles colonizados a partir da Bahia, incluindo a margem ocidental do São Francisco, o interior do Piauí e a região do alto Itapecuru e rio das Balsas até Tocantins; e os sertões de fora eram aqueles colonizados a partir de Pernambuco e constituídos pelas regiões mais próximas do litoral, estendendo-se da Paraíba ao Ceará.

Entretanto, para entender como aconteceram as investidas iniciais dos colonos, vindos da Bahia ao interior da capitania da Paraíba, é relevante atentarmos para o fato de que à época dos seiscentos, era comum a concessão de sesmarias às pessoas que tivessem realizado grandes feitos para o governo. Essas sesmarias, por sua vez, poderiam ser dadas tanto por parte da sede

administrativa do governo-geral da colônia, que se concentrava em Salvador, quanto pelo governo da Capitania de Pernambuco, perante a qual a capitania da Paraíba era subjugada. Como explana Wilson Seixas (2004):

[...] foi após a expulsão dos holandeses da Paraíba que começaram as explorações do interior da capitania. Num primeiro momento, as entradas pelo sertão se delimitavam ao tráfego dos rios navegando a remo. E quando feitas por terra, as condições não eram das melhores, tendo como causas principais “a caça aos índios e a exploração de riquezas minerais” (SEIXAS, 2004, p. 130).

A Coroa Portuguesa, a partir daquele momento, iniciou as primeiras expedições que se tem conhecimento para ocupar e colonizar o interior paraibano, de modo que no meio desse processo se deparou com alguns grupos indígenas como os povos Ariús e Panatis, que residiam às margens do Rio Piranhas. Outros povos criaram aldeias indígenas como a dos Icó Pequenos e os Pegas, que também residiam naquelas proximidades.

O primeiro a comandar as expedições indo ao encontro do território a que pertencia os sertões¹ paraibano foi Teodósio de Oliveira Ledo, que fazia parte da família Oliveira Lêdo, situadas na origem de tantos municípios paraibanos, a partir de Campina Grande e região do Cariri, levando para o interior tanto seus cabedais como se responsabilizando por entradas. O patriarca do grupo, Antônio de Oliveira Lêdo, estabeleceu vias de penetração sertanejas, através de duas direções. A primeira, partindo da missão de Boqueirão, pelo curso do Paraíba, até o Rio Taperoá, afluente daquele, cruzou o pequeno Rio Farinha e subindo ao curso do Espinharas, nas vizinhanças de Patos, lançou-se para nordeste a fim de, através do Rio Piranhas, alcançar a região do atual município de Brejo do Cruz e penetrar no Rio Grande do Norte, cuja zona do Seridó pertencia, então, a jurisdição da Paraíba. O outro braço da penetração de Antônio de Oliveira Lêdo desviou-se para o sul, desde Boqueirão, a fim de, pelas nascentes do Rio Paraíba, ingressar em território pernambucano aonde, chegando ao Pajeú, encontrou os da Casa da Torre que por ali subiam rumo ao sertão da Paraíba e ao Ceará (MELLO, 1995, p. 74)

Torna-se pertinente salientarmos que, antes da chegada da família Oliveira Lêdo nas terras sertanejas, estas já se encontravam ocupadas pela Casa da Torre, fundada por Garcia D'Ávila. A Casa da Torre se tornou a maior proprietária de terras da atual região Nordeste.

¹A expressão “sertões” no plural se deve ao fato de que em alguns documentos, encontrava-se o relato de que o território se dividia em dois: um que dizia respeito ao sertão das Piranhas ou Piancó e outro se apresentando enquanto sertão do Cariri Velho. Ver: MARIZ, Celso. **Através do Sertão**. Edição Fac-similar. Mossoró: Fundação Vingt-um Rosado, 1999.

Segundo Seixas (2004, p. 156), na conquista dos sertões, a ocupação das terras do Piancó, Piranhas e Rio do Peixe, na Capitania da Paraíba do Norte, pela Casa da Torre foi dada a partir de 1663.

O sertão da capitania já se encontrava parcialmente ocupado pela Casa da Torre. Neste sentido, a presença desta nos sertões paraibanos dataria de 1663 [...] Era, como se vê imenso território, a origem do sistema latifundiário que marcaria o sertão nordestino. À sua posse habilitaram-se não só o coronel Francisco Dias D'Ávila, - que ao falecer, em 1695, legou o patrimônio da Casa da Torre à esposa, dona Leonor Pereira Marinho - como colonos, ferreiros, daquele potentado (MELLO, 1995, p. 73).

Evidencia-se que a Casa da Torre é de extrema importância para o sertão paraibano. Garcia d'Ávila chegou à colônia juntamente com o primeiro Governador-Geral Tomé de Souza, em 1549, tendo participado da fundação de Salvador. Como aponta Seixas (2004), alguns de seus representantes teriam exercido papéis importantes nos rumos das conquistas territoriais:

Se realmente alguns dos representantes da Casa da Torre resolveram viver perto dos seus engenhos e no aconchego e comodismo do recôncavo, outros, os mais destemidos e afoitos, optaram pelo trabalho da conquista, varando os sertões desconhecidos e misteriosos com o objetivo de aumentar cada vez mais os seus domínios territoriais (SEIXAS, 2004, p. 155).

Contudo, para que o sertão fosse desbravado, era necessário haver mecanismos que possibilitassem as viagens, já que as condições de trajeto eram dificultadas por conta das condições de clima e dos perigos que se atrelavam a colonização. Então o meio que apareceu como mais viável foi o gado.

Pordeus (1987) adianta que, se tratando da importância do gado, este foi considerado o maior responsável pelo desbravamento e a colonização do interior da Capitania da Paraíba. Em um primeiro momento a Bahia e Pernambuco foram os locais de irradiação do gado para o sertão. Daí então, o processo de ocupação e colonização do sertão paraibano não se deu de forma pacífica, pois os povos primitivos que ali se encontravam apresentaram forte resistência em deixar as terras em prol dos interesses dos portugueses, de modo que se deu início ao que ficou conhecido como a “Guerra dos Bárbaros”.² Concernente ao confronto dos portugueses com os povos indígenas ao adentrarem as terras sertanejas.

Sobre isso, relatam Alves e Sousa (2012, p. 24):

² Os índios decidiram reagir mediante os interesses dos portugueses de ocupar suas terras. Esses conflitos entre portugueses e índios nos processos de ocupação e colonização do sertão ficaram conhecidos como “Guerra dos Bárbaros” tanto na capitania paraibana quanto pernambucana (PORDEUS, 1987).

O que causou espanto para o colonizador foram às diferenças culturais dos indígenas e sem sombra de dúvidas a bravura dos mesmos, como se não bastasse o desafio de entrar no território que compreendemos como agreste e semiárido, com um inevitável conflito, os portugueses não os conheciam e esses índios que não falavam o tupi e sim uma nova língua indecifrável como eles mesmo diziam, uma língua bárbara. Esses índios não-tupis eram chamados genericamente de tapuias. Na verdade, no interior do território paraibano havia dois grupos linguísticos: cariri e tarairiú (ALVES; SOUSA, 2012, p. 24).

A família Oliveira Ledo, com o apoio dos Garcia D' Ávila, ao se confrontarem com os povos indígenas caracterizados acima, geraram um intenso processo de matança dos índios que apresentavam resistência e não serviam aos interesses da colonização, de modo que os poucos que conseguiam sobreviver aos confrontos foram capturados e repassados para trabalhar em fazendas ou para ficarem sob o comando de aldeias jesuítas.

Os povos portugueses, ao exterminarem de forma violenta e rápida as aldeias indígenas presentes no sertão paraibano, conquistaram as terras e deram início ao processo de colonização do território, realizando uma espécie de distribuição de terras para iniciar a primeira atividade econômica após a ocupação – a criação de gado:

Como a criação de gado era facilitada em locais onde havia povoamento, já que constituía a principal ocupação dos habitantes. Desta forma, “a criação de gado resultou de uma divisão social do trabalho, ocorrida no interior da colônia, cabendo às regiões criatórias fornecer bois mansos para os engenhos, carnes para as cidades litorâneas e para a região das Minas” (MEDEIROS; SÁ MENEZES, 1999, p. 69).

Acerca do processo de distribuição de terras, Pereira (2014, p. 19), diz que: “[...] as concessões de posses eram oficializadas por intermédio das chamadas Cartas de Sesmarias, cabendo essa prerrogativa ao capitão-mor de cada capitania, cargo atualmente, equivalente ao de governador”. Nessa perspectiva, a vitória dos Oliveira Ledo, ao longo de mais de 20 anos de luta, sob os índios acarretou uma extinção no que diz respeito aos registros de residência desses povos no sertão paraibano.

Mediante os processos de ocupação e colonização do sertão paraibano, a família Oliveira Ledo ganhou destaque ao longo dessas conquistas, o que fez com que no ano de 1697 colonizasse o arraial de Piancó e Piranhas – que hoje é conhecido como a cidade de Pombal³. Todo esse processo de ocupação e colonização se deu no sertão paraibano a partir das vias fluviais, ou as chamadas ribeiras. Para Abreu (2011), as ribeiras referiam-se a rios que se

³ A distância entre a cidade de Aparecida – PB e a cidade de Pombal – PB compreende 39,4 Km.

apresentavam como propícios ao processo de povoamento, na medida em que eram tidos como ponto de referência pela maioria dos povos que ali habitavam. Dessa maneira, como afirma Guedes (2006, p.102), “[...] os rios do sertão serviram de verdadeiros caminhos de interiorização do processo de colonização nos primeiros tempos”.

Outra família que se destacou durante o processo de ocupação e colonização do sertão paraibano foram os Gomes de Sá, na medida em que participaram da formação de algumas redes parentais que detinham ligações com o povoado de Nossa Senhora do Bom Sucesso.⁴ José Gomes de Sá, no ano de 1735, foi consagrado como capitão-mor do alto sertão do Piancó, Piranhas e da Serra da Borborema, vindo no ano de 1755 a se tornar capitão-mor, também do sertão do Rio do Peixe. Segundo Seixas (2004), José Gomes de Sá foi de grande valia para o sertão paraibano, de modo que era dono de um grande número de fazendas que lhes fora adquirida por meio da Casa da Torre da Bahia – com destaque para os sítios de Riachão, Serra de Santa Catarina e Acau-an.

Com realce ao sítio Acau-an, segundo Pereira (2014, p.18), “O registro mais antigo de que se tem notícia sobre o lugar Acau-an data do ano de 1700, tendo sido anotado pelo historiador paraibano João de Lyra Tavares”.⁵ O registro do lugar conhecido como Acau-an, data de 05 de agosto de 1700 – período no qual foi dada autorização de sua exploração à Casa da Torre pela Corte Portuguesa. Podemos encontrar os registros em alguns documentos das sesmarias requeridos pela família Oliveira Ledo. No requerimento nº 19 de 1700, tem-se o seguinte registro em relação ao processo de ocupação do sítio Acau-an:

[...] quanto as terras de Acau-an que estão despovoadas e as foram em algum tempo, o Provedor da Fazenda Real mandará fixar edictos de trinta dias a que dentro de um ano seus donos a povoassem [...], sem que compreendessem as Piranhas aonde tinha um sítio chamado Acau-an, que nunca fora povoado e nem dadas as terras, e como elles suplicantes queriam logo povoar e a carta levada a clausula, não prejudicando a terceiro, pediam mandasse passar carta de dacta na forma de sua petição, não prejudicando aos ditos cap.m Affonso de Albuquerque Maranhão e seus irmãos ou outro terceiro. Informando o Provedor que as terras pedidas não eram as mesmas pertencentes ao Capitão Affonso de Albuquerque, foi-lhes feita uma concessão de vinte legoas de terra, sendo duas de comprido e uma de largo, a cada um, pelo rio das Piranhas acima para o da Vacca-Morta, e pela de Acau-an sem enterpolação de terra alguma, pelo Capitão-mor Francisco de Abreu Pereira OLIVEIRA LEDO, 1700).

No requerimento nº 450 de 1757, o capitão-mor José Gomes de Sá

⁴ Como citado anteriormente, atual cidade de Pombal, na Paraíba.

⁵ O autor apresenta essa discussão em sua obra “Apontamentos para a história territorial da Parahyba”.

Diz que tinha situado com fazendas de gado, os sítios de Acaunhan e Caes na ribeira das Piranhas e para que possa possuir e dominar os queria haver por sesmaria com todos os seus logradouros, com três léguas de comprido pelo rio das Piranhas acima pegando parte de baixo do Leitão, donde fazia extrema com o sítio S. Clara até a extrema do sítio Conceição [...] (SÁ, 1757).

Assim, foram ocupados os sítios Acau-an e Caes, durante o processo de colonização do sertão paraibano, o que em meados do ano de 1757 deu origem a então conhecida Fazenda Acauã – uma das mais antigas fazendas coloniais ainda existentes no sertão da Paraíba. Nessa perspectiva, Acau-an e Caes foi parte integrante da sesmaria de número 450, sendo concedida no dia 6 de julho de 1757.

2.2 A construção da Fazenda Acauã e da Capela Nossa Senhora Imaculada

Quando tratamos do surgimento das fazendas do sertão da Paraíba, compreendemos que um dos fatores de maior significância nesse processo foi o movimento de transferências dos rebanhos de gado – que estavam até então no litoral – para o interior paraibano, de modo que essa mudança acarretou numa maior necessidade de construção de territórios apropriados para lidar com os rebanhos. Segundo Moreira e Targino (1997), a pecuária bovina foi, se não o principal, um dos motivos para a ocupação do sertão paraibano e para a criação das primeiras fazendas. Mediante todo o processo que acarretou na ocupação do sertão paraibano, os rios se apresentavam como principal curso para as movimentações e inserções no território paraibano, de modo que isso acontecia, segundo Moreira (1990), pelo fato dos rios proporcionarem uma melhor abertura em termos de circulação, que resultava em uma maior facilidade de ocupar as ribeiras do território. O que resultou na implementação de uma série de grandes fazendas nas proximidades dos rios.

Por mais que a pecuária bovina tenha sido o principal fator que veio a resultar na ocupação do sertão da Paraíba, outro aspecto também relevante e de grande valia para que isso viesse a se consolidar foi o cultivo do algodão.⁶ A grande produção do algodão acarretou numa maior visibilidade dos fazendeiros e para que esses viessem a se constituírem enquanto grandes latifundiários em meados do final do século XVIII.

Nessa perspectiva, a mais antiga fazenda de gado e algodão do sertão paraibano e do próprio nordeste, a Fazenda Acauã, foi construída em meados da segunda metade do século XVIII pelo coronel de Ordenanças José Gomes de Sá, estando situada nas margens do rio

⁶ O produto passou a ser considerado o de maior importância em termos econômicos para a agricultura do estado da Paraíba.

Piranhas e pertencente ao atual município de Aparecida – que durante algum tempo se apresentava enquanto distrito da cidade de Sousa. A Fazenda Acauã, segundo Pereira (2014, p.20) “[...] foi um palco de acontecimentos marcantes da vida econômica, social, religiosa e política durante cerca de dois séculos, no Alto Sertão da Paraíba”. Sabendo disso, Acauã e sua privilegiada situação, se mostrou cada vez mais relevante para a história do sertão paraibano.

A Fazenda Acauã teve, durante muito tempo, uma série de proprietários que deixaram suas marcas na constituição da fazenda como lugar de destaque em meio ao sertão paraibano, tendo como proprietários latifundiários, a saber: Cel. José Gomes de Sá; Cap. João da Silva de Almeida; Pe. José Corrêa de Sá; Cap. Mor Francisco Antônio Corrêa de Sá; Tte. Cel. Francisco Antônio Corrêa de Sá; Dr. Olinto José Meira; Senador Meira e Sá; Presidente João Suassuna; Eng. José Rodrigues Ferreira e os seus últimos proprietários Antônio Assis Costa e José Gonçalves de Assis. Nessa perspectiva, José Gomes de Sá – filho da união entre o capitão-mor José Gomes de Sá e a senhora Maria Mendes de Barros – fundou a Fazenda Acauã:

O referido imóvel rural, juntamente com o sítio Cães, foi parte integrante da sesmaria de número 450 concedida a 6 de julho de 1757 pelo capitão-mor da capitania da Paraíba, José Henrique de Carvalho, de acordo com o preceito vigente naquele tempo. Todavia, é importante frisar que, muito embora não se possa afirmar com precisão o ano em que se deu a sua posse, o sítio denominado Acauã já se encontrava sob o domínio do mesmo coronel José Gomes de Sá anteriormente à data oficial da sua concessão (PEREIRA, 2014, p. 85).

Muito influenciado por seu pai, o fundador da fazenda José Gomes de Sá também se tornou um adepto em adquirir e produzir diferentes produtos e cuidar de rebanhos em grandes áreas nas redondezas do sertão. Ao longo do tempo, José Gomes de Sá, conquistou a posse das sesmarias 393, 415, 485, 487, 489 e 713 – referentes ao Sítio Riacho do Bé, Riacho do Chabocão, Gleba situada entre o sítio Cães e o Riacho do Bé, Sítio Riacho Seco, Sítio Poço dos Cavalos e Sítio Boqueirão, respectivamente.

Conforme Pereira (2014), o Coronel José Gomes de Sá recebeu a concessão de nove sesmarias, tendo chegado a ser proprietário de quase quatrocentos e trinta e dois quilômetros ao todo, se tornando um dos maiores proprietários latifundiários da região na época.

A Fazenda Acauã teve João da Silva de Almeida como seu segundo proprietário. Isso veio acontecer pelo fato do capitão ter sido casado com umas das filhas do coronel José Gomes de Sá. Segundo Pereira (2014, p. 90), “[...] dá a entender que o tal casamento constituiu a razão pela qual o casal João da Silva Almeida e Ana Maria Sá herdou a posse da Fazenda Acauã e acabou mais tarde transferindo para o filho, o padre Luís José Correia de Sá”. Já no que compete

a construção da Capela da Imaculada Conceição, sabe-se que diz respeito a um monumento basicamente barroco e de grande relevância para a história e visibilidade da Fazenda Acauã, de modo que até hoje mantém grande parte das suas características físicas originais.

A localização exata da capela se dá entre a casa e o sobrado da Fazenda Acauã (Figura 1), na medida em que sua fachada e o interior foram estruturados em meados do século XVIII para o século XIX, a partir das muitas contribuições do até então proprietário Padre Luiz José Correia de Sá. Desse modo, sabe-se que “[...] A importância daquele templo ficou indelevelmente marcada na vida de gerações de sertanejos paraibanos, principalmente dos muitos integrantes da família Sá [...]” (PEREIRA, 2014, p. 96).

Figura 1 – Localização da capela entre a casa e o sobrado da Fazenda Acauã



Fonte: Arquivo da Fazenda Acauã, 2000.

2.3 A Acauã: propriedade do Padre Luiz José Correia de Sá

Dentre os principais acontecimentos que se deram no decorrer do período colonial, a Fazenda Acauã – na época propriedade do Padre Luiz Correia de Sá – foi vista como local privilegiado por diversos sujeitos pertencentes e simpatizantes da Confederação do Equador⁷, abrigando, em 1824, Joaquim do Amor Divino Caneca – o conhecido Frei Caneca – que voltava do estado do Ceará preso pelas forças imperiais e que em seu itinerário ressaltou suas impressões acerca do lugar:

Em caminho passamos pela Acauã, onde mora o Padre Luiz José e seu filho, que nos hospedaram o melhor possível. Aqui almoçamos. A casa da Acauã é a propriedade melhor das do sertão; tem uma capela pequena e nova, ficando-lhe muito pelo lado esquerdo um bom sobrado, e pelo direito uma grande casa térrea elegante, o que tudo faz um prospecto lindo aos olhos do passageiro (BRANDÃO, 1924, p. 56).

Sabendo disso, a Fazenda Acauã, de propriedade do Revolucionário Padre Luiz José Correia de Sá – que se mostrou um dos principais líderes do sertão paraibano durante a revolução republicana de 1817⁸– foi cenário de morada de um dos principais homens das regiões sertanejas que lutaram pela libertação da Pátria. De acordo com Pereira (2014, p. 36):

[...] pode-se afirmar sem exagero que a região ardeu politicamente, tendo como epicentros as vilas de Sousa e Pombal. Quase todos os episódios giraram em torno das lideranças dos padres Luiz José Correia de Sá, baseado na sua Fazenda Acauã, e José Ferreira Nobre, vigário de Pombal, contribuindo muito para a adesão de vários sertanejos ao movimento a respeitabilidade exercida pelas famílias dos dois chefes políticos e religiosos.

É notória a tamanha visibilidade da Fazenda Acauã como palco de reuniões de grandes nomes do cenário político e econômico da região, na medida em que o Padre Luiz Correia exerceu significativo poder e influência sobre tais acontecimentos datados da época em que foi proprietário do lugar. A fazenda foi herança deixada pelos seus pais, ao ponto que foi utilizada como uma espécie de quartel general por Luiz Correia e seu filho, o sargento-mor da cavalaria Francisco Antônio Correia de Sá, pelo qual se deu o nascimento de ideias em relação às lutas em busca da independência, a partir do movimento da Revolução Republicana de 1817.

⁷ Um movimento que tentou fundar uma República no estado vizinho de Pernambuco, em 1824.

⁸ Diz respeito a um movimento armado que irrompeu quase que simultaneamente nas capitanias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, em 1817, gerando graves repercussões até a Bahia, tendo sido resultado da conjuntura econômica, social e política do país na época.

O Padre e seu filho organizaram de forma minuciosa o levantamento de mais de mil homens para auxiliar as tropas da capitania do Ceará. Porém, o plano até então elaborado, não contava com o fato de que a realidade política pudesse passar por uma reviravolta. A caminho do Ceará, o grupo teve que desistir do plano e voltar para seu lugar de origem. Como ressalta Pereira (2014, p. 38):

A ação das tropas monarquistas cearenses não se limitou apenas à capitulação e a à prisão dos republicanos naquela capitania. Após ter controlado a sedição no Crato, no mês seguinte, um verdadeiro exército, composto de aproximadamente 1.700 homens e comandado pelo coronel Alexandre José Leite Chaves, foi designado pelo governador do Ceará, Manuel Inácio de Sampaio, a fim de cruzar a fronteira da Paraíba e vasculhar todo o Sertão até capturar também os revolucionários de Sousa e de Pombal. Com isso, muitas prisões foram efetuadas [...].

Desse modo, com o grande número de prisões efetuadas no sertão da Paraíba, o Padre Luiz Correia e seu filho, o sargento-mor Francisco Antônio Correia, não puderam evitar também serem presos, na medida em que foram detidos pelas forças oficiais ao se entregarem de forma espontânea ao governador do estado da Paraíba e sendo posteriormente transferidos para a cidade de Recife, capital de Pernambuco. Tempos depois, juntamente com o patriota Miguel Joaquim César e outros, foi transferido para a cidade de Salvador, na Bahia. Com isso, abria-se espaço para as primeiras notícias ao longo do Sertão da vitória do movimento da contrarrevolução.

Nessas condições, o Padre Luiz José Correia de Sá até hoje é considerado um dos grandes nomes da cidade de Sousa e redondezas, na medida em que conseguiu – mesmo derrotado – lutar pelos seus ideais em prol da independência no até então período da monarquia. Em relação ao seu processo de libertação, acredita-se na existência de três versões sobre o fato, “[...] uma afirmando que ele teve reestabelecida a sua liberdade no ano de 1819, outra que esse fato ocorreu em 1820 e a terceira dando conta de que o reverendo sousense só saiu da prisão em 1821” (PEREIRA, 2014, p. 55), voltando a assumir a responsabilidade da Fazenda Acauã pouco tempo depois após ser solto.

Salienta-se que o último representante da família Sá, como proprietário da Fazenda Acauã foi Francisco de Sales Meira e Sá, – filho de Olyntho José Meira e Maria Joaquina de Albuquerque e Sá. Francisco de Sales Meira e Sá nasceu no ano de 1856 na cidade de Pombal no sertão da Paraíba, vindo a ficar órfão de sua mãe ainda pequeno e deixado pelo seu Pai pouco tempo depois, resultando na sua criação, de responsabilidade dos seus avós por parte de mãe:

No que se refere, especificamente, ao seu vínculo com a Fazenda Acauã, ao que tudo indica, em meio aos seus muitos interesses assumidos na terra potiguar, Francisco de Sales Meira e Sá acabou relegando-a a um segundo ou terceiro plano. De sua relação com a valiosa herança materna literalmente deixada para trás, só se tem conhecimento quando, no ano de 1919, um ano antes do próprio falecimento transferiu a sua posse para os compradores, no caso, como sócio proprietários, o então advogado João Suassuna e o Engenheiro Rodrigues Ferreira. Pouco tempo depois, em 16 de dezembro de 1920, aos 64 anos da idade, Francisco de Sales Meira e Sá viria a falecer e com ele desaparecia também o último elo da família Sá com a histórica fazenda (PEREIRA, 2014, p. 119).

A relevância histórica da Fazenda Acauã, ao ponto que também foi morada das famílias Suassuna e Ferreira. A Fazenda tornou-se propriedade do presidente da Província e pai do escritor Ariano Suassuna, em meados do século XX, pelo qual “Segundo informação do seu sobrinho Raimundo Suassuna, a Fazenda Acauã foi adquirida por João Suassuna em sociedade com o seu amigo e engenheiro José Rodrigues Ferreira, no ano de 1919 [...]” (PEREIRA, 2014, p.123).

Desse modo, João Suassuna juntamente com seu amigo José Rodrigues Ferreira, fizeram a aquisição da Fazenda Acauã no ano de 1919, não chegando a estabelecer por muito tempo residência na fazenda. João Suassuna e sua família tiveram que fugir de onde estavam residindo pelo fato de que “[...] o governo estadual estaria concentrando forças para simultaneamente, atacar, além das cidades de Princesa e Teixeira (o reduto da família Dantas), a própria Fazenda Acauã” (PEREIRA, 2014, p. 123).

Já em meados de 1930, João Suassuna é assassinado no dia 09 de outubro, na cidade do Rio de Janeiro, por motivos políticos, o que levou sua viúva D. Rita de Cássia Vilar Suassuna a se desfazer de sua parte da fazenda para o até então sócio de João Suassuna, José Rodrigues Ferreira. Antes, porém, a viúva ainda ficou com seus filhos cerca de um ano na fazenda e assumiu pessoalmente a sua administração até vendê-la.

[...] A viúva de João Suassuna acabaria se deparando com enormes dificuldades. Por conta disso, já no ano seguinte, ao concluir que não reunia mais condições para continuar sozinha à frente dos destinos da fazenda, resolveu enviar o irmão Manoel Dantas Vilar à capital federal para tratar do assunto com o Dr. José Rodrigues Ferreira. Como achava impossível adquirir a parcela dele, a opção que lhe restava seria vender a sua (PEREIRA, 2014, p. 125).

Assim, a estadia da família Suassuna na Fazenda Acauã não demorou muito tempo. Porém, certamente possibilitou uma maior visibilidade ao lugar, na medida em que abrigou figuras ilustres do cenário político do sertão paraibana, bem como foi por muito tempo de

responsabilidade do processo histórico no sertão, bem como no estado da Paraíba como um todo. Vale lembrar que o cenário da Fazenda Acauã veio, posteriormente, a ser destaque de grandes e valiosos poemas e histórias do renomado Ariano Suassuna – grande escritor nordestino filho de João Suassuna.

A Fazenda, sob a inteira responsabilidade do engenheiro José Rodrigues Ferreira, ganhou notória repercussão em relação ao seu pleno desenvolvimento econômico e político, o que fez com que viesse a ser cortada pela linha férrea que ligava a capital cearense ao oeste da Paraíba, vindo mais tarde a culminar “[...] com a inauguração da estação de trem da cidade de Sousa, a 13 de maio de 1926” (PEREIRA, 2004, p. 131).

Em outro momento da Fazenda, sob a responsabilidade de José Rodrigues Ferreira, Acauã passou por um período de apogeu. O fato se deu devido às atividades privadas realizadas pelo Dr. Ferreira – ao se mudar com toda sua família para a localidade – no cultivo da extração de algodão, carnaúba e oiticicas, dentre outras atividades que lhes dera momentos de grande visibilidade política e econômica.

É importante observar que, até meados da década de 1930, a Fazenda foi a maior produtora de algodão de todo o sertão paraibano, recebendo constantes investimentos pelo Dr. Ferreira. Porém, na década de 1940, o então proprietário se viu com uma série de dívidas em decorrência das secas no sertão paraibano, acarretando no processo de declínio econômico da Fazenda Acauã. Desse modo, segundo Pereira (2014, p. 143):

[...] Dr. Ferreira e sua família acabariam poucos anos depois perdendo em definitivo a posse da histórica fazenda, legando para os pósteros um exemplo doloroso das dificuldades enfrentadas para se tornar sustentável economicamente uma propriedade rural do Semiárido nordestino, algo que não foi possível ser concretizado nem mesmo por ele, que fora inquestionavelmente por todos considerado um homem de “inteligência esclarecida”.

É perceptível que mesmo com os processos de declínio da Fazenda Acauã sob os cuidados da família Ferreira, o Dr. José Rodrigues Ferreira é até hoje lembrado com grande estima e reverência por moradores no lugar, a levar em consideração todas as contribuições que trouxe para o território da fazenda.

Nessa perspectiva, a Fazenda Acauã esteve sob a responsabilidade das famílias de João Suassuna e José Rodrigues Ferreira, vindo mais tarde, no ano de 1952, a se tornar propriedade da sociedade entre os irmãos Antônio Assis Costa e José Gonçalves de Assis, da empresa Costa & Assis – empresa localizada na cidade de Cajazeiras – PB, para a qual o Dr. Rodrigues fazia

constantemente grandes empréstimos a altos juros. Isso o levou a perder a fazenda para os irmãos, devido a uma série de acúmulos de dívidas contraídas.

Os irmãos Antônio Assis Costa e José Gonçalves de Assis, últimos proprietários da histórica Fazenda Acauã, geriram o lugar, principalmente, priorizando a exploração pecuária, contando com a maior participação de gestão de Antônio Assis Costa ou “Tota Assis”, como ficou conhecido. Nenhum dos dois irmãos chegaram a residirem na Fazenda, de modo que “[...] ao contrário da maioria dos seus antecessores, aqueles dois proprietários não devem ter conseguido estabelecer maiores vínculos de convivência com os habitantes do lugar [...]” (PEREIRA, 2014. p. 155). Os irmãos não foram vistos, assim, como tantos outros proprietários do lugar, no que diz respeito ao contato com a comunidade ao redor da fazenda. Porém, no que concerne a relevância para a consolidação da fazenda como patrimônio histórico, tiveram sua importância para este feito ao preservarem o lugar.

3 O TOMBAMENTO E PATRIMONIALIZAÇÃO DO CONJUNTO HISTÓRICO FAZENDA ACAUÃ

Neste momento, apresentar-se-á alguns conceitos tais como o de tombamento e patrimônio a fim de apresentarmos o processo de tombamento do Patrimônio Histórico da Fazenda Acauã. Destacaremos os grupos e estratégias envolvidos na sua preservação e discutiremos a quem está sendo atribuída a responsabilidade pela preservação existente na fazenda.

3.1 Processo de Tombamento da Fazenda Acauã

De acordo com Oliveira (2002), em agosto de 2001, uma série de reportagens em jornais paraibanos⁹ tratou sobre a preservação do patrimônio histórico na Paraíba. Ao todo foram quase 15 matérias, um número interessante se levarmos em conta o assunto. Era o mês de aniversário da cidade de João Pessoa – 05 de agosto, data de sua fundação pelos portugueses em 1585, dando margem para entender-se que agosto havia sido escolhido para ser o “Mês do Patrimônio”. No que se refere a menções à Fazenda Acauã, Oliveira (2002) discorre:

As matérias eram de assuntos diversos, iam desde a fundação do Memorial da Arquidiocese da Paraíba e a Fazenda Acauã em Aparecida (Alto Sertão Paraibano) que seria transformada em um parque turístico, histórico e cultural – considerada a mais antiga fazenda da Paraíba – recebeu a visita do Frei Caneca e foi residência do escritor Ariano Suassuna, quando criança, indo até a discussão central na época que era sobre o Processo de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa (OLIVEIRA, 2002, p. 12).

O que nos chama atenção é o fato de vários *sites* e *blogs* tratarem a Fazenda Acauã com a mesma descrição, que se trata da fazenda mais antiga da Paraíba e destacam os seus ilustres habitantes, apontando resumidamente seu histórico e sugerindo algumas dificuldades por conta da pouca bibliografia acerca do assunto.

De acordo com a definição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o tombamento é o mais tradicional dos instrumentos de reconhecimento e proteção do patrimônio nacional. Foi instituído pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Aplicado aos bens de natureza material desde 1937. Porém, em 2014 atingiu o total de 1113 bens materiais tombados pelo IPHAN, incluindo monumentos, conjuntos urbanos e paisagísticos, coleções e objetos de arte. Nesse universo, é importante ressaltar o significativo número de conjuntos urbanos – 78 bens – que resulta em aproximadamente 70 mil imóveis tombados pelo órgão.

⁹Jornal Correio da Paraíba – Sábado, 04 de agosto de 2001.

O Decreto-Lei nº 25/1937 é o primeiro instrumento legal de proteção do patrimônio cultural no Brasil e nas Américas. Seus preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias. De acordo com o referido Decreto-Lei, em seu artigo 1º, o Patrimônio Cultural Nacional é definido como "conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico" (BRASIL, 1937).

A palavra *tombo*, significando registro, começou a ser empregado pelo Arquivo Nacional Português, fundado por D. Fernando, em 1375, originalmente instalado em uma das torres da muralha que protegia a cidade de Lisboa. Com o passar do tempo, o local passou a ser chamado de Torre do Tombo. Ali eram guardados os livros de registros especiais ou livros do tombo. No Brasil, como uma deferência, o Decreto-Lei adotou tais expressões, de maneira que todo o bem material passível de acautelamento por meio do ato administrativo do tombamento deve ser inscrito no Livro do Tombo correspondente. A Lista de Bens Culturais Inscritos nos Livros de Tombo (1938 - 2012) é a versão mais recente sistematizada e publicada sobre os bens móveis e imóveis tombados pelo IPHAN.¹⁰

O tombamento é tido, inicialmente, como única estratégia que o Estado podia contar para a proteção de seus bens de caráter cultural. O tombamento é o ato administrativo da autoridade competente, que declara ou reconhece valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, bibliográfico, cultural ou científico de bens que, por isso, passam a ser preservados. O tombamento se realiza pelo ato administrativo de inscrição ou registro em um dos livros de Tombo criados pelo Dec.-lei 25/1937, que é ainda hoje a lei nacional sobre tombamentos. Célia Regina Ferrari Faganelo Noirtin define o tombamento como sendo:

Um ato administrativo pelo qual o Poder Público declara o valor cultural de coisas móveis ou imóveis, inscrevendo-as no respectivo Livro do Tombo, sujeitando-as a um regime especial que impõe limitações ao exercício de propriedade, com a finalidade de preservá-las. Portanto, trata-se de ato ao mesmo tempo declaratório, já que declara um bem de valor cultural, e constitutivo, vez que altera o seu regime jurídico (NOIRTIN, s/d., p. 10).

O tombamento pode ser entendido, simultaneamente, como fato e como ato administrativo. Como fato, é uma operação material de registro de um bem efetivado pelo

¹⁰ No site do Iphan há um arquivo que contém o nome de todos os bens tombados desde 1930-2012.

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_Bens_Tombados_pelo_Iphan_%202015.pdf. Acesso em 30 set. 2019.

agente público no respectivo Livro do Tombo. Como ato, é uma restrição imposta pelo Estado ao próprio direito de propriedade, com o escopo de preservar os seus atributos. A finalidade do tombamento é a conservação da integridade dos bens acerca dos quais haja um interesse público pela proteção em razão de suas características especiais. No que tange ao objeto, o tombamento pode ser aplicado aos bens móveis e imóveis, públicos ou privados, de interesse cultural ou ambiental, quais sejam: fotografias, livros, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, praças, cidades, regiões, florestas, cascatas etc.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, não somente os bens dotados de monumentalidade podem ser objeto do ato de tombamento. Basta que sejam portadores de referência à identidade para que possam receber a especial proteção estatal. A Fazenda Acauã, faz referência à ação e à construção da memória dos grupos formadores da sociedade do Alto Sertão paraibano.

Nas gestões do padre Luís José Correia de Sá e a do tenente-coronel Francisco Antônio Correia de Sá, a Fazenda Acauã começou a passar por momentos de pouca prosperidade.

Todavia, a gleba original Acauã, nos seus contornos, tal como foi concebida ainda no século XVIII, chegou ao final do século XX completamente desfigurada, a despeito das tentativas de preservação até de modernização implementadas por um ou outro dos seus últimos proprietários, como foi o caso da gestão do engenheiro José Rodrigues Ferreira (PEREIRA, 2014, p. 163).

Após esse momento, a Fazenda Acauã vivenciou um processo de estagnação econômica visível até em suas melhores terras, o que resultou, no ano de 1990, na perda de grande parte da prioridade para o governo federal, a partir de uma ordem do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Para fins da Reforma Agrária, as terras foram entregues a um grupo de agricultores composto por 114 (cento e quatorze) famílias, que formaram a comunidade hoje conhecida como Assentamento Acauã.

Desse modo, ao longo de uma trajetória de mais de dois séculos, do alto de sua decantada imponência nos confins do Sertão da Paraíba, a Fazenda Acauã conseguiu exercer um papel de relevo nos ciclos econômicos do boi, da carnaúba, da oiticica e do algodão. Depois disso, entretanto, como que a cumprir uma triste sina, e como tudo na vida, a partir da metade do século 20, ela atingiu um estágio definitivo de declínio e chegou à etapa final do seu próprio ciclo (PEREIRA, 2014, p. 164).

A Fazenda Acauã – formada pela capela da Imaculada Conceição, construída em estilo Barroco no século XIX, por um sobrado e uma casa-grande do mesmo período, e por vários

casarões construídos no início do século XX, é considerada uma das mais antigas do Nordeste brasileiro.

Figura 2– Fazenda Acauã – Imaculada Conceição



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O tombamento pelo IPHAN, em 27 de abril de 1967, se deu em reconhecimento a seu:

[...] elevado valor histórico e elevado valor arquitetônico e cultural. Por esse motivo, a partir de então, ela passou a ser chamada de “Patrimônio” pela população local, representando até aquela data o único bem arquitetônico civil rural do Estado da Paraíba registrado em tal condição e o primeiro localizado em toda a região semiárida nordestina ciclo (PEREIRA, 2014, p. 164).

Dessa forma, visualizamos que a construção da ideia de patrimônio se deu por uma ação institucionalizada pelo IPHAN, a partir da qual os próprios habitantes passaram a adotar esta expressão para se referir a Fazenda. Por outro lado, veio o sentimento forte de pertencer a uma comunidade pioneira no processo de patrimonialização, no Alto Sertão paraibano. Esses elementos são ressaltados pelo próprio IPHAN:

No patrimônio edificado destaca-se também o conjunto de casa, capela e sobrado da Fazenda Acauã, construído no século XVIII em Aparecida, no sertão. Trata-se de referência importante da ocupação do interior e registro singular da arquitetura rural das primeiras fazendas de gado. Pertence à família Suassuna e é o lugar onde o escritor Ariano Suassuna passou parte da infância e ao qual se referiu em sua obra como Reino Encantado (IPHAN, 2014).

As representações de Ariano Suassuna contribuíram para fortalecer a imagem da Fazenda. De acordo com Jossefrania Vieira Martins (2011), foi somente com o término do mandato de João Suassuna à frente do governo do estado que a família se mudou para a Fazenda Acauã de sua propriedade. Foi na Fazenda que Ariano passou os primeiros anos de sua vida:

Ariano Suassuna viveu poucos anos na fazenda Acauhan, mas foram anos marcantes. Como João Suassuna foi assassinado quando ele tinha pouco mais de três anos, são dessa época, vivida em Acahuã quase todas as recordações que ele tem do pai. Grande parte de sua obra literária é tentativa de recompro simbolicamente a harmonia dessa primeira fase da infância e de restaurar a figura paterna (MARTINS, 2011, p. 35).

Na citação acima, é possível observar as representações que marcam a identidade dos habitantes da atual cidade de Aparecida, demonstrando que o patrimônio cultural que compõe a Fazenda Acauã é visto como lugar de grande representatividade do período de apogeu cultural e econômico do Sertão paraibano. Sua história converge diretamente com a história do estado da Paraíba, bem como dos processos de ocupação e colonização da atual região Nordeste em geral. O patrimônio da Fazenda Acauã tem sido cenário da realização de muitos filmes¹¹ e documentários, sendo proposto pelo Governo Federal o desenvolvimento de um museu no casarão do patrimônio. Acauã é visitada por muitos turistas que buscam entender, olhar e conhecer a história dessa localidade com tamanho valor cultural para o Sertão paraibano que, mesmo após as muitas restaurações e reformas, ainda se encontra grande parte das mobílias usadas pelos proprietários da fazenda.

3.2 IPHAN: órgão de preservação cultural

O IPHAN compreende “uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que é responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro”. Dessa forma, cabe ao IPHAN

¹¹“O País de São Saruê”, de Vladimir de Carvalho (1971); “Memória Bendita”, de Laércio Filho (2005); “O Apóstolo do Sertão”, de Laércio Filho (2008); “O Sonho de Inacim” de Eliezer Filho (2009) e “Antoninha” de Laércio Filho (2011).

proteger e promover os bens culturais do Brasil, garantindo sua conservação e o usufruto para as gerações presentes e futuras.

De acordo com Choay (2006), patrimônio é um conceito nômade. A palavra está entre as que são mais usadas no dia-a-dia das pessoas e não para de ser qualificada novamente por vários adjetivos – material, imaterial, cultural, genético, natural, histórico etc. A denominação patrimônio tem origem na Antiguidade e vem da expressão *patrimonium* que, de acordo com o direito romano, significava o conjunto de bens que deveria ser transmitido dos pais para os filhos. Eram bens “vislumbrados não segundo seu valor pecuniário, mas em sua condição de bens-a-transmitir” (POULOT, 2009, p. 16). O patrimônio estava associado à herança familiar. Só a partir do final do século XVIII e início do século XIX que, em termos bastante precisos, foi atribuída ao patrimônio uma concepção de herança para além do familiar. Como afirma Dominique Poulot (2009), consolidava-se um sentido mais voltado para o cultural, como algo “a ser conservada, tomando as providências para a manutenção e transmissão” para as gerações futuras da humanidade.

Essa noção de patrimônio cultural surgiu com a Revolução Francesa, no século XVIII, no momento em que os revolucionários, ao utilizarem a metáfora do espólio, transferiram o conjunto de bens materiais da esfera privada, que pertencia à aristocracia e a Igreja, para a esfera pública com a criação da nova entidade chamada nação (CHOAY, 2006). A partir daquele momento, a expressão patrimônio cultural veio designar o conjunto de bens oficialmente protegidos e “que participam da construção do sentimento de pertencimento, das identidades e da continuidade da experiência social” (ARANTES, 2008, p. 01), sendo associados ao processo de formação dos Estados-Nação.

Dessa forma, o patrimônio cultural que tem reconhecimento nacional veio representar uma coletividade a partir do conjunto de bens culturais materiais (no mundo contemporâneo, também imaterial) ao está ligado aos processos de formação das nações e, conseqüentemente, das identidades nacionais. O fato que associou o patrimônio cultural à formação das nações modernas se expandiu para o restante do Ocidente a partir do século XIX e vem passando por atualizações até o século XXI.

Foi durante o governo de Getúlio Vargas (Estado Novo, 1937-1945), quando a nação e a identidade nacional se constituíram como políticas de Estado, que houve de fato a institucionalização da preservação cultural com a elaboração de normas específicas para a proteção do patrimônio cultural brasileiro. Era criado, enfim, o Serviço de Patrimônio Histórico

e Artístico Nacional (SPHAN)¹² e, a partir do decreto-lei nº 25 de 1937, o instrumento técnico e jurídico do tombamento, para selecionar, organizar e proteger o patrimônio histórico e artístico nacional.

O estado da Paraíba teve a data de 31 de março de 1971 como marco fundador para o patrimônio histórico no Estado. Embora existissem estudos e a realização de vários processos de tombamento/preservação por parte do IPHAN na Paraíba, foi só a partir dessa data que tivemos a institucionalização de um órgão a nível estadual, centrado na problemática da preservação do patrimônio paraibano:

Fruto direto do Decreto-Lei nº 5.255³, assinado pelo então governador Ernani Sátiro, e devendo fazer parte da estrutura organizacional da Secretaria de Educação e Cultura, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP – tinha como finalidade a preservação dos bens culturais do Estado que não se encontravam sob a proteção e guarda do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e compreenderia os bens de caráter histórico, artístico, folclórico, florístico e arqueológico. Os recursos necessários para o funcionamento do IPHAEP viriam do Fundo Estadual de Cultura, ficando ao encargo do Conselho Estadual de Cultura que teria um prazo de trinta dias para a elaboração do regulamento de funcionamento do Instituto (OLIVEIRA, 2009, p. 56).

O IPHAEP deveria ter sua instalação na Noite da Cultura, em dezembro de 1971. Porém, só teve seu efetivo funcionamento a partir do ano de 1974, tendo um início complicado devido à falta de verbas destinadas ao seu funcionamento, falta de recursos humanos, isto é, de pessoas que conhecessem o ofício e até de uma sede para abrigar o Instituto. Não bastasse os problemas que já existiam, e mesmo que a legislação do IPHAEP se baseasse na do IPHAN, era preciso criar leis que regulamentassem os trabalhos do órgão.

Quadro 1 – Legislação que regulamentou a existência e o funcionamento do IPHAEP

Lei ou Decreto-lei	Data	Finalidade
--------------------	------	------------

¹² Só em 1970 é que houve a mudança para IPHAN, tal como conhecemos hoje.

5255	31 de março de 1971	Cria na Secretaria de Educação e Cultura, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba.
7651	28 de julho de 1978	Transforma o Instituto em Órgão de Regime Especial com Autonomia Administrativa e Financeira.
9483	24 de outubro de 1978	Dispõe sobre o Cadastramento e Tratamento dos Bens Culturais, Artísticos e Históricos no Estado da Paraíba.
9484	10 de maio de 1982	Dispõe sobre o Uso do Solo da Orla Marítima do Estado da Paraíba.
5357*	16 de janeiro de 1991	Dispõe sobre os Objetivos e a Estrutura organizacional Básica do IPHAEP.
14569	31 de julho de 1992	Aprova o Regimento Interno do IPHAEP.
21435	31 de outubro de 2000	Dispõe sobre a Aplicação de Sansões Administrativas pelo IPHAEP e a Inscrição em Dívida Ativa das Multas Devidas ao Instituto.

Dois aspectos merecem ser observados como apresentados na tabela abaixo. O primeiro diz respeito à data de 24 de outubro de 1978, quando houve a edição do Decreto-Lei nº 7819, que iria dispor sobre o Cadastramento e Tombamento dos Bens Culturais, Artísticos e Históricos no Estado da Paraíba. Era uma lei que se esforçava para a proteção dos monumentos paraibanos. O outro aspecto é quando se dá a aprovação, através da Lei nº 5357, de janeiro de 1991, dos Objetivos e da Estrutura Organizacional Básica do IPHAEP que, além de modernizar as competências do órgão, fazia a definição de sua estrutura organizacional e o funcionamento de todas as suas partes constituintes.

Como órgão estadual, o IPHAEP promoveu a pavimentação das vias de acesso ao Sítio Histórico de Acauã, uma vez que desde sua desapropriação no governo de José Targino Maranhão teve início às obras para a sua recuperação. Em 2002, a restauração do monumento estava praticamente concluída e foi inaugurada. Restando apenas alguns detalhes na parte física a ser resolvido no conjunto histórico formado por casa sede, capela e sobrado; bem como solucionar a questão central do processo: encontrar uma solução para salvaguarda do monumento. Existe ainda uma proposta para instalar no local o Museu do Couro, porém sem maiores detalhes.

No tocante à preservação da Fazenda Acauã, percebemos que ganhou força com a inauguração do Ponto de Cultura Caminhos de Acauan – um projeto de agosto de 2007, após uma reunião realizada na Fazenda Acauã, que contou com a participação de várias entidades governamentais e não governamentais, sob coordenação do IPHAN e do IPHAEP. Na referida reunião, a Acauã Produções Culturais apresentou um projeto de um Ponto de Cultura, em parceria com o IPHAN e o Ministério da Cultura, para a instalação exclusiva em locais

tombados pelo referido órgão. Como o projeto foi aprovado, a Acauã Produções passou a cuidar da parte burocrática para a instalação do Ponto de Cultura Caminhos de Acahuan, que teve por coordenador o produtor cultural local Laercio Ferreira de Oliveira Filho. Acerca do assunto, Laercio Filho fez o seguinte comentário: “servirá acima de tudo para garantir a valorização, preservação e divulgação do Patrimônio Histórico da Fazenda Acauã”¹³.

A estratégia utilizada para a construção da memória e da história da Fazenda Acauã são oficinas, seminários, eventos culturais e visitas orientadas. Vale ressaltar que esse processo de preservação se dá a partir do incentivo do Governo Federal e do IPHAN, que buscam incentivar a valorização de práticas artísticas e culturais das comunidades em volta da Fazenda. Um dos pontos interessantes é a capacitação de jovens da própria comunidade de Acauã para o trabalho de preservação e divulgação do patrimônio histórico da Fazenda Acauã, visando transformá-los em guias turísticos para acompanhamento das visitas.

No Portal dos Convênios, página oficial do Governo Federal, há uma proposta de número 1577978, encaminhada pela Acauã Produções Culturais, com a finalidade de promover a valorização e preservação da Fazenda Acauã. Dentre as ações, está a:

[...] realização de uma série de 10 (dez) oficinas gratuitas de formação em artes cênicas audiovisual música capoeira restauração e preservação de Patrimônio Histórico e informática todas voltadas para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social e cultural residentes entorno do projeto. Realização do I Seminário sobre a importância do Patrimônio Histórico da Fazenda Acauã para a cultura paraibana¹⁴.

Nesse contexto, não diria que a preservação da Fazenda Acauã é uma ação exclusiva dos órgãos competentes, mas uma ação conjunta que parte do incentivo financeiro do governo e que conta com a colaboração da comunidade, através da Acauã Produções.¹⁵ A conservação é, pois, uma ação importante e deve ser tomada para garantir a preservação definitiva do patrimônio, de maneira a assegurar por lei a sua não descaracterização/destruição e propiciando a sua plena utilização.

4 METODOLOGIA

¹³ Para mais informações acessar: <http://sertaoinformado.com.br/conteudo.php?id=11630>.

¹⁴ Disponível em: <http://api.convencios.gov.br/siconv/dados/proposta/1577978.html#sthash.BssbfScs.dpuf>.

¹⁵ Devido as iniciativas da referida organização, a mesma já ganhou inúmeros prêmios e homenagens, dentre elas: os Votos de Aplausos da Câmara Municipal de Aparecida, da Assembleia Legislativa da Paraíba e do Conselho Estadual de Cultura, o Prêmio Zé do Norte de Cultura Sertaneja, na categoria entidade cultural, além da Medalha Augusto dos Anjos, a mais importante comenda cultural concedida pela Assembleia Legislativa da Paraíba. Maiores detalhes conferir: <http://fabiomozart.blogspot.com.br/2011/04/radio-comunitaria-acaua-defende-raizes.html>. Acesso em: 02 out. 2019.

O presente estudo foi desenvolvido com a finalidade de analisar os elementos que contribuem para preservação da memória do Patrimônio da Fazenda de Acauã. Utilizando-se do método estudo de caso, esta pesquisa enquadra-se como bibliográfica, documental e qualitativa, por demonstrar melhor os elementos da proposta do trabalho realizado.

Lakatos e Marconi (2010) afirmam que a pesquisa bibliográfica consta do levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revista, outros tipos de publicação, tendo assim como intento fornecer ao pesquisador um material para a análise e produção, conforme o tema em apreciação.

A realização desse estudo teve o aporte da pesquisa documental, realizada com base em documentos informativos, arquivados em repartições públicas, entre outras fontes.

A análise documental representa um instrumento importante para a coleta de dados. Nesse contexto, “constitui-se numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Assim, os discursos aferidos nesta pesquisa tiveram como aporte os relatos obtidos e as observações feitas durante o percurso investigatório proposto neste estudo (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38).

O estudo também se pautará em uma abordagem qualitativa. Esta, por sua vez,

[...] considera que o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos. Compreende uma relação intrínseca de oposição e complementaridade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material. Advoga também a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou “objetos sociais” apresentam (MINAYO, 2002, p. 24-25).

A abordagem qualitativa, por sua vez, não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Para a coleta de dados foi realizada uma entrevista com perguntas semiestruturadas, elaboradas e apresentadas em um Roteiro. Neste sentido, vale ressaltar que os dados serão coletados mediante a realização de visita a família da Guardiã do patrimônio da fazenda Acauã.

Pretende-se analisar os dados à luz da técnica da análise de conteúdo das falas. “[...] A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação” (GIL, 2012, p. 168).

O trabalho foi executado mediante o aporte de documentos, bem como da oralidade, particularmente, com entrevista realizada com os agentes que buscam evidenciar a memória da fazenda Acauã.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 A “Restauração” do Patrimônio e a Formação Identitária

O que fundamenta este último capítulo é a análise de depoimentos orais, a fim de compreendermos a atribuição de “guardiã da memória” que é dada a uma das antigas moradoras da fazenda. Em seguida, apresentaremos algumas ações que são desenvolvidas pelos grupos Pontos de Cultura Caminhos de Acauhan e Acauã Produção Cultural para manter viva a construção da memória do Patrimônio Fazenda Acauã.

5.2 A “Guardiã” da Memória da Fazenda Acauã

Diante dos apontamentos de Le Goff (1990), a memória, por reter determinadas informações, colabora para que o passado não seja totalmente esquecido, pois ela acaba por capacitar o homem a atualizar impressões ou informações passadas. Como Verena Alberti bem coloca “o passado só permanece “vivo” através de trabalhos de síntese da memória, que nos dão a oportunidade de revivê-lo a partir do momento em que o indivíduo passa a compartilhar suas experiências, tornando com isso a memória “viva” [...]” (ALBERTI, 2004, p. 15).

Embasados por essa ideia de que o passado permanece vivo a partir da memória, é que encontramos no Patrimônio Fazenda Acauã uma senhora que se considerava a responsável por zelar pela limpeza do referido patrimônio, por sua conservação e também da construção da memória em torno do prédio da Fazenda. Ela foi a responsável por manter viva a memória da fazenda, configurando-se naquilo que Ângela de Castro Gomes denominou por “guardiã da memória”:

O guardião ou mediador, como também é chamado tem função primordial ser um ‘narrador privilegiado’ da história do grupo a que pertence e sobre o qual está autorizado a falar. Ele guarda/possui as ‘marcas’ do passado sobre o qual se remete, tanto porque se torna um ponto de convergência de histórias vividas por muitos outros do grupo (vivos e mortos), quanto porque é o ‘coleccionador’ dos objetos que encerram aquela memória (GOMES, 1996, p. 21).

Durante a entrevista com Maiane Queiroga, neta dessa “guardiã da memória”, conhecida como Dona Chiquinha (*in memoriam*), ela descreveu a chegada de sua família à fazenda, em 1932, recordando o que sua avó lhes contava. Na época, Dona Chiquinha tinha nove anos de idade. A estação de cargas e passageiros, que ficava bem próxima da fazenda, ainda era ativa. As terras onde se localiza o patrimônio já pertenciam a José Rodrigues Ferreira, conhecido popularmente como Doutor Ferreira, que foi seu primeiro patrão.

Segundo a entrevistada, o Doutor Ferreira, depois que comprou às terras da viúva de João Suassuna, construiu alguns prédios ao lado do sobrado. Por isso, hoje o Patrimônio

Fazenda Acauã é composto pela casa-grande (datada de 1700); a capela de Nossa Senhora da Conceição, em estilo barroco (datada de 1757); o sobrado e os casarios. Estes últimos prédios, que ficam ao redor da fazenda, foram construídos durante meados do século XX.

Nesses casarios, viviam alguns moradores que trabalhavam para Doutor Ferreira, inclusive Dona Chiquinha e alguns dos seus familiares. A partir de 1998, foram iniciadas as obras de recuperação da fazenda e seus moradores tiveram que sair dos prédios que compõem o Patrimônio Histórico e Artístico Fazenda Acauã. As terras foram desapropriadas pelo governo estadual e os moradores foram indenizados. Porém, Dona Chiquinha continuou zelando o patrimônio, tanto na questão física quanto no ato memorável.

Quando perguntado por quanto tempo Dona Chiquinha zelou pela Fazenda, a sua neta respondeu: “Minha avó começou a zelar a igrejinha com 20 anos. Fez o trabalho por 71 anos. Depois que começaram as obras de reconstrução da fazenda, o chefe Laercinho disse que ela não tinha mais condição de cuidar sozinha da fazenda. Então colocou sua filha para ajudar” (QUEIROGA, 2019 Entrevista em 05 de agosto de 2019).

Ecléa Bosi (1994), em seu estudo “Memória e sociedade: lembranças de velhos”, nos apresenta um cenário em que é dever do pesquisador lutar para que as lembranças sejam reconstituídas. Quando reflete sobre a sociedade industrial, a autora aponta que o capitalismo renuncia a memória, relegando-a a um patamar de inutilidade. A reconstituição da memória se torna, portanto, de fundamental importância nesse mundo cada vez mais informatizado, da técnica e da economia consumista que faz o tempo passar mais rápido, em que os objetos perdem seus significados e sua importância. Cria-se um vazio construído pela carência de uma base. Aflora-se uma demanda pelo passado que é resultante de limitações do presente. Comentando, particularmente, o lugar dos sujeitos mais velhos, Bosi afirma:

Quando uma sociedade esvazia seu tempo de experiências significativas, empurrando-o para a margem, a lembrança de tempos melhores se converte num sucedâneo da vida. E a vida atual só parece significar se ela recolher de outra época o alento. O vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância (BOSI, 1994, p. 40).

E ainda assevera:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A

lembança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista (BOSI, 1994, p. 55).

Ao fazer esta releitura do passado, o sujeito analisa as condições e noções do presente, alterando sua memória e enaltecendo alguns fatos em detrimento a outros. Dona Chiquinha viveu por 92 anos, e até próximo a sua morte, em 25 de junho de 2018, contou com a ajuda de uma neta para recuperar informações utilizadas em suas narrativas memorialísticas. Dona Chiquinha sempre mencionava o “chefe Laercinho”, ex-secretário de Cultura da cidade de Aparecida e responsável pela Acauã Produções Culturais.

Segundo Maiane, neta de Dona Chiquinha, por algum tempo e devido o apego da avó pelo lugar de guardião da memória da Fazenda Acauã, “era a minha tia que estava trabalhando em seu lugar, devido a sua idade avançada, por que ela não podia mais. Mas vovó sempre vinha aqui, por que só entregava a missão por morte” (QUEIROGA, 2019).

Nas falas de sua neta, percebe-se que Dona Chiquinha se referia a Fazenda Acauã como se fosse uma propriedade dela, ao dizer que só entregava por morte aquela função. E as questões de ordem política acabaram interferindo no zelo pelo patrimônio.

Quando se questionou sobre a data de início da restauração dos objetos da Fazenda, não foi possível mensurar exatamente, mas apontou: “está com quatorze anos, só não lembro a data, mas foi em 1998. Foram levados tudo para João Pessoa. As peças, o altar foram todos levados para restaurar e depois voltaram para cá. No entanto, cinco santos não saíram da igreja. Estes objetos só vêm de volta quando aqui tiver um guarda” (QUEIROGA, 2019 – Entrevista em 05 de agosto de 2019). O que percebemos é que até o presente momento, não há guardas para proteger o patrimônio.

Astor Diehl (2002, p. 118) afirma que “a memória, à medida que estiver localizada bem distante do fato, da época, do contexto tomado como objeto de pesquisa, tanto mais desgastada ela estará”. Acerca desse processo de desgaste:

Podemos chamar de corrosão temporal. Ela vai perdendo força, capacidade de informar, tornar-se transparente, sem pontos de referência substantiva para manter suas funções [...] esse desgaste pode chegar ao ponto que da memória apenas persistem os restos, vivências, fragmentos do passado e, nesse caso, apenas lembranças descoloridas (DIEHL, 2002, p. 118).

No interior da Fazenda, especificamente o sobrado, está previsto para ser transformado em um museu em homenagem a Ariano Suassuna, sobre isso a neta da “guardiã” diz: “Eu acho que só vai receber obras de Ariano Suassuna, porque o projeto é do filho e um sobrinho dele. Como Ariano passou sua infância aqui, eles querem colocar o museu” (QUEIROGA, 2019 – Entrevista em 05 de agosto de 2019).

A comunidade local e os grupos culturais buscam adaptar os traços característicos do patrimônio no cenário nacional, visando combater o esquecimento e a indiferença. Esses processos de ativação, da instalação de um museu dentro do patrimônio, contribuem para a conservação do mesmo, para a consolidação de uma identidade local e para atrair mais visitantes.

Dona Chiquinha era bastante conhecida na região pelo fato de contar a história da Fazenda, o que hoje acontece por meio de sua família, especialmente por suas netas. Há uma grande quantidade de visitas à Fazenda, sobre isso a neta entrevistada discorre: “vem muita gente aqui. Minha avó sempre contava a história. Às vezes vem ônibus de estudantes, vem muitos estudantes. Minha avó, Dona Chiquinha, viveu 68 anos zelando por esse lugar, iniciando aos 20 anos de idade. Nunca ganhou dinheiro para preservar este negócio. Pedindo coragem a Deus para realizar sua missão até que a morte a levasse” (QUEIROGA, 2019 Entrevista em 05 de agosto de 2019).

Dona Chiquinha não recebia nenhum valor financeiro formal para zelar pela Fazenda, contudo foi revelado que ela “ganhava [dinheiro] das suas visitas. Ela tinha a chave do patrimônio e só entregou quando a morte se aproximou” (QUEIROGA, 2019 Entrevista em 05 de agosto de 2019). Percebemos por meio dessa fala que a Fazenda era tratada como uma propriedade de Dona Chiquinha; é como se ela fosse a responsável pela administração daquele local, esquecendo-se de mencionar que há também outras pessoas envolvidas por traz da conservação do patrimônio, como o já citado Laércio Filho, a quem ela chamava carinhosamente de “Laercinho”.

Le Goff (1997) acentua que nos recônditos da memória residem elementos próprios de sua história, do espaço onde vive, bem como das paisagens naturais ou construídas. A memória acaba por construir um “vínculo” entre as gerações humanas e o “tempo histórico que as acompanha”. Esse vínculo, que se torna afetivo, permite que essa população passe a se perceber como “sujeitos da história”, como possuidores de direitos e deveres com a sua localidade. O mesmo autor (1997, p. 138) destaca que a “identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade se faz com a memória individual e coletiva”.

A sociedade se dispõe a “preservar e divulgar os seus bens culturais” dando início ao processo denominado por ele de “construção do *ethos* cultural e de sua cidadania”:

O conhecimento adquirido e a apropriação dos bens culturais por parte da comunidade constituem fatores indispensáveis no processo de conservação integral ou preservação sustentável do patrimônio, pois fortalece os sentimentos de identidade e pertencimento da população residente, e ainda, estimula a luta pelos seus direitos, bem como o próprio exercício da cidadania (PELEGRINI, 2007, p. 127).

Dona Chiquinha, em vida, evidenciava a importância que esse patrimônio representa, deixando o legado para o seu filho continuar na conservação física do prédio, pois cuidou de fazer isto até a sua morte. Outro aspecto a considerar foi como a construção da memória em torno da história da fazenda se tornou um importante elemento identitário para a população aparecidense, posicionando a partir da existência de Dona Chiquinha como guardiã dessa história, guardiã dessa memória:

O patrimônio faz recordar o passado; é uma manifestação, um testemunho, uma invocação, ou melhor, uma convocação do passado. Tem, portanto, a função de (re) memorar acontecimentos mais importantes; daí a relação com o conceito de memória social. A memória social legitima a identidade de um grupo, recorrendo, para isso, do patrimônio (MARTINS, 2011, p. 9).

O patrimônio será a manifestação exterior de uma memória e de uma identidade construídas: “Nesta medida, tal como a memória, o patrimônio também é socialmente construído de forma a validar determinado momento da história ou determinado acontecimento considerado simbolicamente significativo para validar determinada identidade coletiva” (MARTINS, 2011, p. 9).

A memória em torno do Patrimônio Histórico e Artístico da Fazenda Acauã passa tanto pela dimensão da memória individual, como pela coletiva. Nessa perspectiva, quais são os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Michael Pollak (1992) acentua que:

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não [...]. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação

com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p. 2).

Assim, ressalta-se que Dona Chiquinha se tornou referência nas narrativas das histórias e personagens importantes que moraram ou passaram pela Fazenda.

Dona Chiquinha era sempre procurada pelas visitas do patrimônio para narrar suas lembranças e, também, as histórias sobre a fazenda antes da sua chegada ao local, agora essa incumbência fica a cargo de suas netas. Esse ato se torna de extrema relevância para o processo de manutenção dessa visão patrimonial da fazenda, uma vez que sua memória enaltece o Patrimônio Histórico, atrai visitas e estimula a percepção identitária em torno daquele bem. Como explicita Martins (2011):

Desta forma, pode-se afirmar que existe uma relação indissociável entre memória e identidade. A busca pela memória é também uma busca pela identidade. A memória é um poderoso operador na construção da identidade. O patrimônio construído, a linguagem e os símbolos de uma nação têm uma enorme importância para a identidade da população, porque, para além de dar sentido às coisas, alimentam a memória. Esta, ao conferir ao grupo sentido para o seu passado, identifica-o, contribui para a construção da sua identidade (MARTINS, 2011, p. 28-29).

Dona Chiquinha retratou a memória viva da Fazenda Acauã a partir da sua vivência, desde a infância até o momento da sua partida terrena, a qual presenciou cada momento da luta pela preservação do Patrimônio, que ela mesmo zelou por mais de 60 anos.

5.3 A memória viva do Patrimônio Fazenda Acauã a partir das ações dos grupos pontos de cultura caminhos de Acauhan e Acauã Produção Cultural

O patrimônio da Fazenda Acauã possui a capacidade de estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas a ele e, por isso, é alvo de estratégias que visam a sua promoção, a sua memória e a preservação.

Maria Letícia Mazzucchi Ferreira (2006) aponta que:

Quando se fala de patrimônio, para além da origem jurídica do termo, o sentido evocado é o da permanência do passado, a necessidade de resguardar algo significativo no campo das identidades, do desaparecimento. As representações sobre patrimônio como um lugar de construção e afirmação de identidades traz em si várias discussões (FERREIRA, 2006, p. 79).

Essa relação do patrimônio com processos identitários pode ser entendida, também, mediante aquilo que Dominique Poulot afirmou: "a história do patrimônio é a história da construção do sentido de identidade e mais particularmente, dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais" (POULOT *apud* FERREIRA, 2016, p. 79). Sendo assim, para que exista o patrimônio, é necessário que ele seja reconhecido, que lhe seja conferido valor, algo que se dá no âmbito das relações sociais e simbólicas que são tecidas ao redor do objeto.

No segundo capítulo deste trabalho, comentamos acerca das finalidades dos grupos Pontos de Cultura Caminhos de Acauhan e Acauã Produção Cultural, ficando para este momento apresentar algumas ações desenvolvidas pelos mesmos. Ao fazer uma pesquisa na *internet* sobre a história da Fazenda Acauã é comum encontrarmos noticiários, blogs e vídeos¹⁶ comentando acerca do assunto.

No site do Iteia¹⁷, foi encontrado a maior quantidade de informações sobre a Acauã Produções Culturais. Os documentos oficiais do grupo se encontram sob a responsabilidade do diretor da referida organização e não estão disponíveis para consulta do público. Desta maneira, tentaremos apresentar um pouco da história disponível no *site* e apontar algumas ações que visam à manutenção da memória do Patrimônio Fazenda Acauã.

A Acauã Produções Culturais (APC) foi fundada no dia 01 de dezembro de 1990. Desenvolve uma intensa produção cultural que nasceu no teatro e enveredou pela música, literatura, artes plásticas, comunicação e audiovisual. Ao longo desses anos, a APC montou seis espetáculos teatrais: "Rangel o filho da Puta" (1991); "Lucidez Psicossomática" (1992); "O Princípio de Arquimedes" (1994); "O Último Conto" (1996); "O Castigo do Santo" (2000); e "Uma Mulher para dois maridos" (2008). Participou de vários festivais musicais, sendo premiado em vários deles, com destaque para: 17º Festival Regional da Canção de Cajazeiras (1991); I Festival de Música da ASFITA, em Itaporanga (1993); 5º FESTCAM, em Catolé do Rocha (2002); I FESTSERCAN, em Sousa (2002); I CEFEST, em João Pessoa (2004); e II CEFEST, em João Pessoa (2006).

Na literatura, além da participação e premiação em vários concursos e festivais em nível nacional, a APC se destaca pela realização do FESERP – Festival Sertanejo de Poesia; e Prêmio Augusto dos Anjos, evento considerado um dos maiores do gênero no Norte/Nordeste e que chega em 2019, a sua décima quarta edição. Ainda na literatura, o grupo é responsável pela

¹⁶ Um pequeno documentário foi produzido pela TV Alto Oeste, intitulado "Fazenda Acauã- Aparecida-PB", no qual há alguns relatos de pessoas jovens e de Dona Chiquinha sobre a história da Fazenda. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cjIwhKWly1A>. Acesso em: 15 set. 2019.

¹⁷ O site do Iteia é onde contém o maior número de informações sobre a APC. Disponível em: <http://www.iteia.org.br/acaual>. Acesso em: 15 set. 2019.

publicação de seis livros: Quatro Antologias Poéticas do FESERP (1996, 2000, 2003 e 2005); uma Coletânea de Poesia *Rimas do Sertão* (1999), ambos sob a organização de Laércio Ferreira Filho, além da Cartilha *Aparecida um canto na Paraíba* (2001), de Alvanira Azevêdo e Laércio Filho.

O grupo Acauã Produções foi uma das pioneiras no sertão da Paraíba na luta em defesa da democratização dos meios de comunicação, com a instalação da Rádio Comunitária Acauã FM, em 1998. Hoje a emissora se encontra autorizada pela ANATEL, com outorga do Ministério das Comunicações, mantendo diariamente uma programação voltada para a valorização das raízes da cultura nacional. Em 2004, após a seleção de Laercio Filho no programa “Revelando os Brasis do Ministério da Cultura”, a ONG passou a trabalhar com o audiovisual e participou diretamente das produções: “Memória Bendita”, de Laercio Filho (vídeo documentário que registra as novenas centenárias de São João Batista, na Várzea do Cantinho); o premiado vídeo “Manoel Inácio & e a Música do começo do Mundo”, de Leonardo Alves (vídeo-documentário que conta a história do Sr. Manoel Inácio líder da Banda Cabaçal “Os Inácios” da cidade de Cajazeiras); e “O Apóstolo do Sertão”, de Laercio Filho (documentário que registra os feitos do Dr. Ferreira, um dos maiores empreendedores do Sertão paraibano no início do século passado).

Nos últimos anos, a APC vem conseguindo aprovar e desenvolver vários projetos artístico-culturais através das leis de incentivo à cultura, a exemplo do Fundo Nacional de Cultura do Ministério da Cultura; do Programa BNB Cultural do Centro Cultural do Banco do Nordeste do Brasil; e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

No que diz respeito ao Ponto de Cultura Caminhos de Acauhan, trata-se de um projeto que surgiu em agosto de 2007, contando com a administração do diretor da APC. O Ponto conta com um *blog*, que se destina a apresentar o seu projeto e que tem os seguintes objetivos:

Fundar e manter continuamente um Centro Cultural no município de Aparecida, localizado no Patrimônio Histórico da Fazenda Acauã, contribuindo assim para sua preservação e revitalização. Ampliar as possibilidades de atuação dos artistas populares da região de abrangência cultural; Capacitar jovens através de cursos e oficinas, para o trabalho de preservação e divulgação do Conjunto Histórico da Acauã, transformando-os em guias turísticos para acompanhamento das visitas ao patrimônio; Ocupar o espaço do Patrimônio Histórico da Fazenda Acauã (Casa, Capela, Sobrado e Casario) com atividades artísticas e culturais; Instalar uma biblioteca com um acervo voltado para publicações sobre a cultura sertaneja; Implantar uma videoteca com acervo voltado para a temática da cultura popular nordestina e sala de projeção com exibições de audiovisuais públicas

e gratuitas; Um centro de inclusão digital equipado com computadores e demais equipamentos de informática e acesso à internet¹⁸.

Existe uma parte específica no *blog* intitulado “Benefícios a serem produzidos a partir da realização da instalação do Ponto de Cultura”, classificando-os em culturais, sociais e econômicos. Os objetivos culturais visam à garantia de um Espaço Cultural para artistas e produtores culturais do município e região, voltados para a exposição de seus trabalhos e aperfeiçoamento dos mesmos, por meio de cursos e oficina de capacitação. Os objetivos sociais se destinam a proporcionar aos jovens, adolescentes e à população do município de Aparecida e região espaços para a prática de atividades culturais e educacionais; bem como acesso a informática, através do “Centro de Inclusão Digital”, possibilitando ocupação saudável como alternativa para a distância das drogas, da violência e exclusão social e fortalecendo a construção do pleno exercício da cidadania, através da realização de uma série de oficinas e sessões de exibição áudio visual, públicas e gratuitas. E, por fim, os objetivos econômicos, que são: oferecer aos habitantes de Aparecida cursos profissionalizantes, oficinas artísticas e educacionais e espaço para a comercialização dos seus produtos através do “Bazar Cultural”, além da capacitação em setores como Informática, Comunicação, Audiovisual, Artes Plásticas, Artes Gramáticas, Música, Artesanato e Preservação de bens móveis culturais, possibilitando a profissionalização dos mesmos.

É perceptível que tais objetivos são muito importantes para a valorização da cultura local e para a promoção de políticas públicas para o município de Aparecida. Entretanto, o que de fato acontece é a realização de algumas destas atividades. Há algumas manifestações de preservação do Patrimônio da Fazenda Acauã, não há como negar que a realização de filmagens de alguns documentários na Fazenda é uma delas.

Dada a análise do processo e preservação de patrimônio como um interesse público, Maria Cecília Londres Fonseca afirma que:

[...] a proteção da integridade física dos bens patrimoniais não é por si só suficiente para sustentar uma política pública de preservação. Isso porque a leitura de bens enquanto bens patrimoniais pressupõem as condições de acesso a significações e valores que justifiquem sua preservação. Depende, portanto, de outros fatores além da mera presença, num espaço público, de bens a que estatais atribuíram valor histórico, artístico etc., devidamente protegidos em sua feição material (FONSECA, 2009, p. 43).

¹⁸ Disponível em: http://caminhosdeacauan.blogspot.com.br/2009/10/ponto-de-cultura-caminhos-de-acauhan_20.html. Acesso em: 18 set. 2019.

Mesmo que a preservação de um patrimônio seja de interesse público, e o mesmo possua um valor histórico e artístico que justifiquem sua preservação, não se trata de estabelecer políticas que visem a preservação apenas da parte petrificada do patrimônio, pois o patrimônio é algo que nos serve para a construção de identidades, é algo dinâmico.

O coordenador e produtor da APC escreveu o poema “Desperta Acauã¹⁹”, que foi transformado em música pelo compositor Manoel Ferreira Damião (*in memoriam*) e que virou tema das inúmeras manifestações realizadas na cidade de Aparecida, em defesa da preservação da fazenda Acauã.

DESPERTA ACAUÃ
(Laércio Ferreira de Oliveira Filho)

Fica ali bem escondida quase ninguém a notar
Parece até coisa simples, mas simples é que mora lá
Nessa terra eu ouço ecos, dos passarinhos a cantar
Em noites de lua cheia vem me acordar.

Canta Acauã, canta Acauã, canta a beleza do nosso lugar
Voa Acauã, desperta Acauã, faz o povo grande te notar.

Esses verdes campos, essas águas claras,
Toda tua história toca minha alma.
És um paraíso, no meio do sertão
Da caatinga seca, dos homens de pés no chão.

Por estas terras passou o famoso Frei Caneca.
Um dos heróis nordestino que a nossa história completa.
As calçadas, a igreja, os enormes casarões,
Todos clamam por justiça, visitas e preservações.

Esses verdes campos, essas águas claras,
Vagueiam meus sonhos, consolam minha alma,
Eu me comprometo, de te preservar,
Faço compromisso de zelar.

Segundo o dicionário *online* “Aurélio”, a palavra despertar significa: acordar, ativar, provocar, dar origem. A letra do poema-música chama a atenção por apresentar alguns elementos que remetem à própria postura desenvolvida pelo produtor, a de que ele é responsável pela preservação daquele patrimônio, por este “despertar” a comunidade local para a importância histórica do patrimônio.

¹⁹ Disponível em: <http://www.iteia.org.br/fazenda-acaua-ganha-ponto-de-cultura>. Acesso em: 18 set. 2019

Desse modo, compreende-se o patrimônio como algo que recebemos do passado, vivenciado no presente e que se passa para as gerações futuras, estamos aceitando “que o patrimônio é historicamente construído e conjuga o sentimento de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos” (PELEGRINI, 2007, p. 3). Este sentimento de pertencimento acaba por afirmar uma identidade cultural, ou seja, as práticas da ACP e do Ponto de Cultura Caminhos de Acauhan, visam promover a valorização de uma memória construída que gira em torno do Patrimônio Histórico de Acauã.

É evidente a importância da identidade para a legitimação de um grupo. No entanto, para que isso seja possível, algo deve guiar essa identidade, como por exemplo, a nacionalidade, o regionalismo, etnia, religião, enfim, as práticas sociais. Esses elementos em comum são os elos, aquilo que forma a identidade. Sem eles a identidade não consegue ser constituída pelos membros do grupo.

Neste caso, a ideia de pertencimento a uma comunidade, a uma história, a uma memória:

Legitimar a identidade de um grupo muitas vezes recorrendo ao patrimônio, o que o torna porventura uma mercadoria para reivindicações regionais ou nacionais. Assim, usam-se os museus, os monumentos, as comemorações como meios de materialização da memória na esfera pública. Mas não é apenas o poder político que faz uso da história e do patrimônio. As próprias sociedades apropriam factos históricos, monumentos de forma a justificarem o seu sentimento de pertença a determinada comunidade, e a sua identidade. Isto acontece através da reclamação de acontecimentos históricos ou da exaltação de heróis. Ou também a seleção de determinados acontecimentos que exaltem a glória da nação e que por isso se tornem mais marcantes para a sociedade (MARTINS, 2011, p. 9).

A intensificação do patrimônio como um recurso de manipulação à memória social busca favorecer a identidade coletiva do grupo. No caso aqui abordado, é o grupo responsável pela APC que busca construir uma identidade coletiva para os aparecidenses. Ao mesmo tempo que a família de Dona Chiquinha visa a rememoração da história da Fazenda, desde a sua chegada aquele local. Do outro lado temos as ações dos grupos que visam dar um caráter mais moderno a identidade da Fazenda.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da memória dos fatos é uma prática muito antiga da sociedade humana. Quando se trata de preservação de patrimônios históricos, este se torna objeto de estratégias de

poder e de resistência e, a partir do monumento histórico, visa construir identidades, da comunidade local e dos grupos responsáveis pela sua conservação. No caso analisado neste trabalho, tivemos algumas dificuldades no acesso às fontes escritas e percebemos que elas se encontram nas mãos de pessoas que poderiam e deveriam ajudar aos pesquisadores interessados na história da Fazenda.

Temos que deixar claro que as nossas preocupações aumentaram devido à ausência de trabalhos sob o Patrimônio da Fazenda Acauã, fato que contribuiu para que algumas discussões não ganhassem os apontamentos planejados no início da pesquisa. Foi então que percebemos a necessidade de mais trabalhos voltados para esta temática. Este trabalho historiográfico é pioneiro acerca do assunto e foi construído no sentido de analisar as ações dos grupos “Pontos de Cultura Caminhos de Acauhan” e “Acauã Produções Cultural” para promover a construção da memória daquele patrimônio histórico.

Ao longo deste trabalho, buscou-se apresentar o processo de ocupação do sertão paraibano e, de forma particular, da região que hoje compreende as cidades de Sousa/Aparecida, até chegarmos nos principais sujeitos que ocuparam a Fazenda Acauã. Em um segundo momento, discutimos o processo de tombamento e patrimonialização da Fazenda. Para isso, abordamos a ideia de que a preservação do patrimônio não é uma ação exclusiva dos grupos e nem somente do governo, pois, como vimos no terceiro capítulo, existem pessoas da própria cidade de Aparecida que há muito tempo zelam pelo local. Aliás, essa atuação da comunidade é fundamental para o patrimônio, permitindo uma relação de importância e uso do bem para fins identitários.

Sendo assim, buscamos dialogar com os responsáveis pelos grupos, mas não obtivemos sucesso. Foi, então, que entrevistamos duas pessoas: uma moradora antiga da localidade e a sua neta a fim de entendermos a aplicação do termo “guardiã da memória” atribuída a uma das entrevistadas.

Um fato que nos chamou atenção foi a falta de atenção por parte do poder local com a preservação do patrimônio, pois uma pessoa era paga para ajudar Dona Chiquinha a zelar pelo local e por questões políticas, e isso não acontece mais. Durante a entrevista, com a neta de Dona Chiquinha sempre deixou claro que não recebia nenhuma ajuda financeira para fazer seu trabalho, sendo tomado como uma propriedade que por algum motivo lhe pertencia.

O Patrimônio da Fazenda Acauã é cenário constante de filmagens de documentários, realização de amostras culturais, concursos e visitas abertas. Entretanto, é costume as pessoas irem à busca de Dona Chiquinha para ouvirem suas histórias e isso nos inquieta pelo fato de

não haver nenhuma preocupação por parte dos grupos acima citados para “guardar”, isto é, registrar, a memória dela.

O produtor cultural da APC escreveu um poema “Desperta Acauã”, que foi posteriormente transformado em música, a fim de enaltecer a história e a identidade dos aparecidenses. Entretanto, esta é a sua representação de Acauã, os habitantes da cidade podem elaborar a sua identidade, podem não perceber aquele patrimônio como algo importante para a cidade.

Na análise realizada, tem-se o Patrimônio Cultural a partir de experiências históricas compartilhadas, que fazem parte da formação das memórias e das identidades das pessoas. Há muitas possibilidades de darmos continuidade a esta pesquisa, uma delas seria ampliar a quantidade de sujeitos entrevistados para analisar como diferentes parcelas da sociedade aparecidense entendem e representam o Patrimônio da Fazenda Acauã. Nestas parcelas, estaria incluso o produtor cultural da APC, Laércio Filho, que, por conta de compromissos de trabalho, não pode participar desta pesquisa.

Assim, almeja-se que este estudo sirva de inspiração para que outros historiadores/pesquisadores possam se interessar pelos estudos acerca de patrimônio e, especialmente, pela Fazenda Acauã, que ainda apresenta muitas lacunas em sua história.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. C. **Capítulos de história colonial: 1500-1800.** Os caminhos antigos e povoamento do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

ABREU, W.. **Senhores e escravos do Sertão**: espacialidades de poder, violência e resistência, 1850-1888. 2011. 207p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2011.

ALBERTI, V. **Ouvir e contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
 ALVES, Angelita Carla Pereira, SOUSA, Dominick Frarias de. A Guerra dos Bárbaros na Capitania Real da Paraíba. In: **TARAIRIÚ** – Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB, Campina Grande, Ano III – Vol. 1 – Número 04 – Abr/Mai de 2012.

ARANTES, A. A. **Patrimônio cultural**: desafios e perspectivas atuais. In: Patrimônio imaterial: política e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda. Brasília: Unesco: IPHAN: Minc, 2008.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, U. C. S. **A Confederação do Equador**. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1924.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

CABRAL, A. K. P. **Políticas de Preservação do Patrimônio Histórico no Brasil e na Paraíba**: o IPHAN, o IPHAEP e o Turismo Cultural. Disponível em: <http://www.carlamaryoliveira.pro.br/artigo_ana_cabral.html>. Acesso em: 23 nov. 2015.

CEBALLOS, R. **Veredas Sertanejas da Parahiba do Norte**: a formação das redes sociais, políticas e econômicas no Arraial de Piranhas (século XVIII). In: XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH: 50 anos. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. v. 01.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

DIEHL, A. A. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru: Edusc. 2002.

FERREIRA, M. L. M. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006.

GUEDES, P. H. M. q. **A colonização do sertão**: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: 2006.

GOMES, Â. C. A guardiã da memória. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, 1996, v.9, n.º 1/2, p. 17-30.

HALBWALCHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 01 set. 2019.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LIVROS DE SESMARIAS (1717/1768, 1768/1776, 1789/1808, 1816/1824) – AHEPB/Fundação Espaço Cultural – João Pessoa, Paraíba.

MARTINS, J. C. O. Tempos sociais acelerados, patrimônio cultural em risco. In BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; MEDINA, Júlio César Cabrera; CORIOLANO, Luzia Neide. (Orgs). **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2002.

MARTINS, J. V. **O reino encantado do sertão: uma crítica da produção intelectual e o fechamento da representação do sertão no romance de Ariano Suassuna**. 2011. 207f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2011.

MOREIRA, E. Evolução do Processo de produção do Espaço Paraibano. João Pessoa, **Cadernos do NDIHR**, n. 23. 1990.

MOREIRA, E.; TRAGINO, I. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

NOIRTIN, C. R. F. F. **Tombamento como precípua mecanismo de proteção do patrimônio cultural material nacional**. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/agencia/images/documentos/artigo-tombamento-sao-felix.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, história e patrimônio histórico: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico**. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEREIRA, J. A. **A Lendária Fazenda Acauã**. – Teresina: Ed. do autor, 2014.

PORDEUS, T. **A segunda conquista da Paraíba: o Sertão**. In: MELLO, J. O. A. (Orgs.). **Capítulos da História da Paraíba**. Campina Grande: Grafset, 1987.

PELEGRINI, S. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, São Paulo 2006, v. 26, n. 51, p. 115-140.

POLLAK, M. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SEIXAS, W. **O velho arraial de Piranhas (Pombal)**. 2. ed. rev. ampl. João Pessoa: Grafset, 2004.

SITES CONSULTADOS

<http://api.convenios.gov.br/siconv/dados/proposta/1577978.html#sthash.BssbfScs.dpuf>

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_Bens_Tombados_pelo_Iphan_%202015.pdf

<http://sertaoinformado.com.br/conteudo.php?id=11630>

<http://fabiomozart.blogspot.com.br/2011/04/radio-comunitaria-acaua-defende-raizes.html>

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>

<https://www.youtube.com/watch?v=cjIwhKWly1A>

<http://www.iteia.org.br/acaua1>

http://caminhosdeacauan.blogspot.com.br/2009/10/ponto-de-cultura-caminhos-de-acauhan_20.html

<http://www.iteia.org.br/fazenda-acaua-ganha-ponto-de-cultura>

APÊNDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo **PATRIMÔNIO DA FAZENDA ACAUÃ: MEMÓRIAS DO SERTÃO**, coordenado pela Mestranda **Viviane Almeida Pires**, vinculado a Universidade Federal de Campina Grande/ Centro de Ciências e

Tecnologia Agroalimentar – CCTA, Programa de Pós-Graduação Em Sistemas Agroindustriais - PPGSA – Campus Pombal.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo entender como a história da Fazenda Acauã possibilitou uma construção da memória em torno do patrimônio, e esta memória está ligada a construção da identidade a sociedade aparecidense. Além disso, objetiva-se analisar o processo de tombamento do Patrimônio e atuação que os grupos “Ponto de Cultura Caminhos de Acauhan e Acauã Produção Cultural” estão desenvolvendo para manter a memória do monumento viva.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao (s) seguinte (s) procedimentos: concessão de uma entrevista para o responsável desta pesquisa. Os riscos envolvidos com sua participação são: não há riscos diretos para o colaborador. Os benefícios da pesquisa serão: a concepção da importância que o patrimônio e o monumento histórico têm para a história da cidade e de sua população.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome só será identificado com expressa autorização, ou ainda não será exposto em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que, quando solicitado, não permita a identificação de nenhum voluntário.

Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você será indenizado.

Você ficará com uma via rubricada e assinada do termo e, qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitado a Viviane Almeida Pires, cujos dados para contato estão especificados abaixo.

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Viviane Almeida Pires

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande – Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar – CCTA, Programa de Pós-Graduação Em Sistemas Agroindustriais - PPGSA – Campus Pombal.

Endereço: Rua José Alves Carneiro, 249, Centro – Aparecida – Paraíba
Telefone: (83) 981618365
E-mail: vivianemat26@gmail.com

Declaro que estou ciente dos objetivos e importância desta pesquisa, bem como a forma como está será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Pombal – PB, _____ de _____ de 2019

Assinatura do voluntário ou responsável legal

Assinatura do responsável pelo estudo